



Wilson Sanca

**Rediscutir o preconceito e discriminação racial no Brasil: nordeste
'Ceará': 2003-2018.**

Acarape-CE 2019



Wilson Sanca

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

Acarape- CE 2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sanca, Wilson.

S189r

Rediscutir o preconceito e discriminação racial no Brasil.
Nordeste "Ceará: 2003-2018 / Wilson Sanca. - Redenção, 2019.
68f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto De Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

1. Racismo - Brasil. 2. preconceito. 3. ações afirmativas. I.
Título

CE/UF/BSCL

CDD 305.80981



Wilson Sanca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, para obtenção do grau de título de Bacharel em Antropologia.

Aprovada em: __/__/__.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador)

Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof Dr.Carlos Subuhana (primeiro examinador)

Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Prof Dr. Izabel Cristina Dos Santos Teixeira (segundo examinador)
Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

ACARAPE, CE 2019



Wilson Sanca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para os meus irmãos Domingos Sanca, Samir Sanca e Paula Sanca.

Acarape-CE 2019



Wilson Sanca

Agradecimentos

Agradeço a todos/as que de alguma maneira contribuíram para realização deste trabalho. Agradeço aos meus ancestrais, por terem cuidado de mim no dia a dia na minha caminhada acadêmica. Devo agradecer de coração aberto a Deus por ter me dado a vida, saúde.

Agradeço aos meus pais, Paulo Sanca e Ana Mango por terem cuidado de mim desde criança e ter me dado a educação. Esse agradecimento também especialmente aos meus irmãos Domingos Sanca, Fernando Sanca, Samir Sanca e Paula Sanca. Agradeço também o meu ilustre professor orientador professor Dr. Luís Tomás Domingos que contribuir imensamente para este trabalho tornar uma realidade.

Devo agradecer a Unilab, pela concessão e financiamento de estudo por todo este tempo aqui no Brasil. Também gostaria de agradecer meus queridos colegas, pela coragem nessa caminhada acadêmica na pessoa de Abdel Gani Cassama, Braima Dema, Bruno Gomes, Luís Felipe Sá Pereira, Suyane Didier Té, Bernabé Augusto. Devo sobretudo estender este agradecimento para o meu governo por ter me proporcionado a educação e espero lhe retribuir ao mais alto nível possível.



Wilson Sanca

EPIGRAFE

“Certos historiadores europeus, desejosos de reduzir ao mínimo o tráfico de escravos, jogam com os números, como se 10 milhões a mais ou a menos num fenômeno dessa importância lhe pudesse modificar a dimensão histórica e também o significado moral”. [KI-ZERBO, 2009].

Acarape-CE 2019



Resumo:

As abordagens tecidas nesse trabalho de conclusão de curso visam discutir o problema do racismo no Brasil em particular no estado do Ceará. Com isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, onde se buscou aprofundamentos teóricos acerca dos diversos entendimentos sobre o racismo e suas especificidades. E este problema social, o racismo vem desde o período colonial, e que isso representou as raízes das desigualdades na sociedade brasileira no seu todo, e isso tem seu impacto no presente momento. Por isso, nos últimos anos houve pressão para implementação de ações afirmativas no sentido de poderem fazer uma justiça social, para com que estas populações negras desfavorecidas tivessem acesso ao mais alto nível de conhecimento e também parte das discussões tomadas das decisões que ao longo de séculos não tiveram. O Racismo foi levantado no mundo moderno exatamente como uma ideologia colonial que deu base a algumas das maiores atrocidades cometidas pela humanidade. Nos procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas com estudantes da Unilab de diferentes nacionalidades.

Palavras chave. Racismo, preconceito, ações afirmativas.

ABSTRACT

The approaches developed from this work of conclusion of the course aim to rediscover the problem of racism in Brazil particularly in the state of Ceará. With this, a bibliographical and documentary research was carried out, where theoretical insights were sought about the various understandings on racism and their specificities. And this social problem, the racism comes from the colonial period and that represented the roots of inequalities in Brazilian society as a whole, and this has its impact in the present moment. Therefore, in recent years there has been pressure to implement affirmative actions in the sense that they can do social justice, so that disadvantaged black populations to have access to the highest level of knowledge and also to take part of the discussions of the decisions that for centuries they didn't have. Racism was raised in the modern world exactly as a colonial ideology that supported some of the greatest atrocities committed by humanity. In the methodological procedures, interviews were conducted with Unilab students of different nationalities.

KEYWORDS: Racism, preconception, affirmative actions.

Sumário

Introdução

1. Metodologia de pesquisa

Capítulo 1 O negro no Brasil/Ceará. O estado como responsável pelos seus cidadãos

1. Pensar como é visto o negro numa sociedade a brasileira

1.1 O que é ser negro no Brasil

1.2. Uma abordagem resumida sobre o Ceará

1.3. O papel do negro na sociedade brasileira

1.4. O que seria o papel das cotas para populações negras: A partir de ponto de vista da realidade brasileira ‘cearenses’.

Capítulo 2 A consequência do branqueamento: ações afirmativas e seu entendimento pela sociedade

2. Ações afirmativas como modo de incorporar as populações negras nas camadas sociais brasileiras.

2.1. O branqueamento como forma de “*genocídio*” de minorias étnicas.

2.2. A relação do branqueamento e o uso do poder: Como funciona o poder em relação as cores?

2.3. Rediscutir a mestiçagem no Brasil Ceará: as possíveis pistas de reflexões como modelo de atingir o patamar ‘branco’.

Capítulo 3 O racismo e o seus problemas: as consequências elementares

3. O problema do racismo e suas consequências para sociedade.

3.1 A compreensão dos estudantes da Unilab, sobre o racismo

3.2. Como os autores compreendem a questão racial no Brasil, Ceará.

Considerações finais.

Referências bibliográficas

Introdução

O capitalismo, foi e ainda é um sistema econômico vigente em nossa sociedade como um todo. Ela é caracterizada pela a produção de matérias-primas em alta escala, que pretendem a alta proporção e que este luto é representado pela classe, ou seja, sociedade burguesa; isso mostra que “o processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização. Tem por resultado o produto-mercadoria e por motivo determinante a produção de mais-valia” (MARX, 2014, p. 399). Com seu aparecimento no mundo moderno fez uma sociedade desigual, no qual a riqueza material, fruto desse sistema, pertence a poucos, quando se compararem com aqueles que detêm essa riqueza. Estes que detêm menos riqueza obviamente vivem com dificuldades de sobrevivência e em alguns casos de maneira miserável.

O debate sobre o preconceito e racismo tem suas especificidades no tempo e no espaço. Ao trazê-lo para academia é de tomar cautelas e prudências como serão abordados a referida temática; principalmente num país como Brasil e num estado como Ceará. Por que? Porque é um estado que alguns intelectuais já afirmavam que “não havia negros”. Isso, carrega um certo desconfiança por dois lados, tanto por parte dos brancos, como por partes dos não brancos. O nosso propósito aqui é rediscutir esta temática e apontar algumas pistas de reflexões, que possa nos servir como exemplo para pesquisas futuras.

A partir disto, a pergunta que se coloca é: para resolução deste problema, quais mecanismos que possam ser usadas para acabar ou diminuir este fenômeno? Seria por via de educação que começa na casa e estende até escola? Ou seria pela aplicabilidade severas das leis? Ou seria parar de falar sobre cor ou raça? As respostas vão variando de acordo com autores e também dos nossos entrevistados/as. E nas considerações daremos a nossa contribuição perante o fato. Desde já esperamos que esta pesquisa possa contribuir para resolução do problema, não só aqui no Ceará, e no Brasil, mas sim pelo mundo todo, ou seja, em qualquer sociedade onde este problema se encontra.

Ora bem, se hoje estamos preocupados com as questões preconceituosas e discriminatórias na qual a sociedade está enfrentando, é muito importante lembrar o que é o capitalismo. Mas não quer dizer que a discriminação começou só a partir do momento que o capitalismo se efetivou, mas talvez é a partir daí que atingiu seu ápice. Em outras palavras é pertinente lembrar que o capitalismo, é o sistema econômico vigente em nossa sociedade, principalmente a brasileira, lembrando que ela é caracterizada pela a produção de matérias-primas em alta escala, visando o consumo e o lucro exacerbado, e que representa a

potencialidade econômica de modo geral, ou seja, de toda sociedade, burguesa que domina tudo de forma controlada.

Para autor /as como Carlos Marcelo Silva Patricio, Fernanda de Araújo Sousa e Leilane Silva Cavalcante, (2013, p. 345), compreendem que “Essa realidade marca o fortalecimento das desigualdades sociais e o surgimento da questão social”. Estes autores citam Lamamoto (1983), em que para este último “refere-se ao conjunto de expressões das desigualdades no capitalismo maduro. E, ainda se entende “dentro dessa lógica capitalista e da noção de desigualdades sociais adequasse fortemente o processo de exclusão social. Para estes autores o processo de exclusão social atua diretamente na produção de pessoas invisíveis e marginalizadas pela sociedade”. Com isso, fica nitidamente quais os grupos são mais marginalizadas. Para isso, estes diante desse cenário, “a população brasileira negra está diretamente ligada a esse processo de desigualdade e exclusão, mas que tem ainda outro fator, que era a escravidão; que devido à escravidão da mão-de-obra dessa população, durante o período colonial, estes tiveram sua cultura abafada por um sistema que o obrigava a exercer um “trabalho forçado e constrangido”. (LAMAMOTO, 1983, Apud PATRICIO et al, 2013, p. 345).

Vale salientar ainda que a discriminação, racismo foi levantado no mundo moderno como uma ideologia colonial que deu suporte a algumas das maiores atrocidades cometidas pela humanidade, a escravidão, e a colonização, primeira e segunda guerra mundial são exemplos disso. O racismo foi imposto nas mais variadas lugares, reagindo de forma diferenciada às condições de cada espaço/tempo, isso faz surgir diversos sistemas racistas, cada uma delas com suas especificidades.

Com isso, ao levar em consideração os últimos anos da segunda década dos anos 2000 para cá, pode-se dizer que a própria temática do racismo tem estado em constante discussão ou debate. Feito isso, poder-se-á dizer que em parte que é devido a popularização e a conquista das mídias sociais e o próprio envolvimento político dos movimentos negros. Muito embora isto seja, uma causa ou razão muito relevante quanto á superação desta problemática, entendemos ainda que não há tanto a se comemorar.

Destaco que a discussão desta problemática, no entanto, não ocorre de maneira homogênea nos diversos lugares da sociedade. Tampouco dizer que a sua superação está próxima mesmo com diversas leis e debates que ocorrem nas universidades, rádio e televisão etc. com isso, observa-se a exclusão pela qual experimentou o povo negro desde o processo de escravatura, e que isso perdura até os dias atuais.

Dito isto, entende-se que a superação desta problemática só se fará possível a partir dos debates sequencialmente serias e também que deve perpassar, através da educação, dentro do sistema do ensino formal e não só como a sociedade no seu todo. Feito isso, evidencia-se que o foco principal é rediscutir o preconceito e discriminação racial que perpassa nas nossas relações sociais de dia a dia, hora após hora.

Metodologia de pesquisa

No que se refere ao processo metodológico da pesquisa é para dizer o seguinte: este trabalho, utilizámos a técnica da pesquisa bibliográfica e documental. Ao escolher esta dinâmica de pesquisa nos deu uma pista mais clara para realização do trabalho. Nisto, de acordo com Fonseca (2002), entende que metodologia é o estudo de composição, ou seja, organização, dos caminhos e comunicação a serem percorridos para se realizar qualquer pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Isto, significa nada mais de que o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Vale ressaltar que nesta pesquisa não esquecemos de utilizar outros meios de comunicação que ao nosso ver é importante por exemplo a comunicação com a internet, no sentido de fazer sessar mais informação; ou seja, esta forma que foi utilizado nos ajudou bastante no reforço a coleta de dados. Antes de iniciar as entrevistas sempre pedimos a permissão dos colaboradores se é que ele/a permita para que gravássemos, ou seja, fazer uma gravação de suas falas, para poder ter mais facilidades no momento de transcrever. Isso sempre foi um consenso de todos eles, daí utilizamos celular para grava-los. A pesquisa tem o caráter de observação participante, estivemos lado a lado dos nossos colaboradores as nossas perguntas são sempre abertas, dirigidas em forma de um diálogo para poder deixá-los mais à vontade, e esta técnica deu certo no sentido de poder absorver mais informação.

Nesta pesquisa bibliográfica, usamos livros, artigos, teses e dissertação de mestrado e internet etc.

Para Wilson Sanca (2016), entende que na hora da entrevista com os seus “entrevistados”, não é aconselhável ficar atrapalha-lo, porque se isso acontecesse não daria uma boa imagem, até pode não conseguir a informação que pretendes que talvez serão mais necessários. E este conselho foi seguido, deixemos sempre que ele/a falasse à vontade, já no momento de transcrição, analisemos todas as falas de modo cabal, ou seja, completo das mensagens, ou seja, das falas coletadas dos nossos colaboradores. Essa forma de técnica de pesquisa é o que Sanca chama da “*inteligência do pesquisador*”. Com isso, vamos ver a importância da pesquisa bibliográfica, porque ela que nos ajude a explicar um aspecto fundamental de referências teóricas.

Para os autores como Amado L. Cervo, Pedro A. Berviam, Roberto Da Silva, (2007, p. 60), a pesquisa bibliográfica busca esclarecer, ou seja, desvendar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Compreende-se que essa

declaração, ou seja, explicação pode ser desempenhada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Como podemos observar que em determinados casos, procura entender e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. Antonio Carlos Gil (2010, 50), defendeu que a pesquisa bibliográfica é fortalecida ou desenvolvida a partir de material já elaborado, levantada principalmente de livros e artigos científicos. Por isso, o autor salienta que embora em quase todos os estudos seja reivindicado, ou seja, exigido algum tipo de trabalho dessa natureza tem pesquisas desenvolvidas, ou seja, aperfeiçoadas exclusivamente a partir de material já elaborado.

Ainda no entender de Gil (2010), a pesquisa documental não tem muita diferença de pesquisa bibliográfica, só que parte de princípio de materiais que não recebem um tratamento por meio de análise. Este é aquele que podem ser trabalhados de acordo com os objetivos da pesquisa. E a pesquisa documental é o segundo passo para construção do marco teórico-metodológico desta pesquisa. Gil (2010, p. 51), defende ainda que a pesquisa documental se assemelha muito a pesquisa bibliográfica. Daí ele mostra a diferença entre ambas. Nisto, vai dizer que a única diferença entre eles está na natureza de fontes. No entanto, de acordo com este autor existem os materiais da primeira mão que de alguma forma a outra não recebem tratamento por meio de análise. Os exemplos a citar são: reportagens de jornais, filmes fotografias, gravações etc.

Entendemos que as entrevistas semi-estruturadas foram pertinentes para esta pesquisa, porque é a partir dela que podemos conseguir entender o fenômeno de maneira digamos mais profundo, mas não é que estamos desprezando outras teorias que falam do assunto pelo contrário, o que estamos a fazer aqui é mostrar a importância dessas falas que algumas delas dificilmente vai ser encontrados nos livros, artigos ou dissertações. Estamos a trazer estas informações para mostrar que a entrevista não foi uma simples conversa, é algo mais de que isso, porque o objetivo era saber das suas partes como elas/as veem ou se sentem o problema do preconceito e da discriminação racial, uma vez que é um problema que no nosso entender precisa ainda de muita atenção e de um estudo dinâmico e sério. É por isso, tem autores que vão também nesta mesma direção, ou seja, entendimento sobre o fato acima referida. Encisto dizer que a entrevista não só contribua para nossa pesquisa como também fez parte do aprendizado.

Para autores como Amado L. Cervo, Pedro A. Berviam, e Roberto da Silva, 2007, p. 51, a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido:

recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para a pesquisa. Para estes autores, os pesquisadores recorrem a entrevista sempre que tenham necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas, exatamente aquilo que demosramos acima.

Minayo (2010, p. 14-15), vai trazer aqui uma grande contribuição para este trabalho, não só como também no campo de ciências humanas, ou seja, científica. Para esta autora, apesar da sua normatividade, é atravessada por lutas e contestações, ou seja, contradições; em outras palavras mostra que nada é fácil no campo de saber. Este autor entende a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. É por isso que ele mostra que a metodologia não pode ser rejeitada ou excluída de fora em qualquer que seja uma pesquisa acadêmica científica, porque a própria metodologia é muito mais que técnicas propriamente ditas, porque ele inclui concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, neste sentido entende que a metodologia é uma base de tudo do que queremos e pretendemos trabalhar. Tivemos muito cuidado na hora de realizar entrevistas lembrando que estas entrevistas não se restringem só aqui no maciço de Baturité, mas entrevistamos também outros estudantes e professores de outras universidades uma vez que estamos a falar do Ceará.

Com tudo que acabamos de ver acima, vamos poder ter oportunidade de ver também outro entendimento sobre a metodologia. Para autora como Suely Ferreira Deslandes, (2010, p. 46) a metodologia é a dedicação e cuidado do pesquisador. Por que? Porque segundo ela é uma coisa mais que descrição formal de métodos e técnicas a serem utilizadas no trabalho. Ela vai ainda mais longe mostrar que a metodologia indica a amarração, ou seja, conexão e a leitura operacional que o pesquisador faz do quadro teórico e de seus objetivos de estudo. É exatamente por este motivo que ela defende que isso é um fio condutor numa metodologia.

No que tange ao ambiente com os nossos colaboradores da pesquisa vale salientar que tem momentos que nem foi planejada esta conversa, mas sim aparece as indagações numa conversa que não se referia ao meu trabalho. Mas no momento que o assunto está ganhando aproximação, claro chamei atenção de que daí a conversa está sendo importante para minha pesquisa, daí perguntei será possível realizar, ou seja, transformar a conversa numa pesquisa, e elas/es aceitaram. Mas em todas as relações foram boas como já foi dito abocado. O trabalho de campo é importante como já salientei acima, porque o pesquisador aprende com isto, ouve coisas importantes para além daquilo que lhe interessa para sua pesquisa. É isto que Minayo (2010, p. 61-62), chama atenção de que o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formula uma pergunta como também estabelecer uma

interação como os seus colaboradores, e isto conforme a realidade e, assim constrói sem sombra de dúvidas um conhecimento científico importantíssimo para quem faz pesquisa social, independentemente do lugar na qual está inserida, tanto o pesquisador como os “atores”. Nós sempre estivemos atentos a estas questões.

Para com aqueles colaboradores que marcamos entrevistas tivemos algumas perguntas no caderno, no sentido de poder facilitar a conversa, que não foram perguntas técnicas, no nosso entender foram perguntas simples que ajuda na compreensão e na facilidade da resposta dos nossos colaboradores. Nesta pesquisa entrevistamos quinze pessoas (15) de diferentes sexos e de diferente grau de formação acadêmica e de diferentes nacionalidades também. Dentre os quinze entrevistados/as, oito (8) são mulheres e sete (7), são homens; dentre eles duas são menores de idade, ou seja, na altura uma tinha dezesseis (16) anos e outra tinha dezessete (17) anos, dos que restam todos são de maior de idade.

Nós temos uma pergunta aparentemente simples, mas que esta pergunta nos faz refletir sobre o racismo no nosso cotidiano. A pergunta é por que existem pessoas racistas?

Capítulo 1 O negro no Brasil/Ceará. O estado como responsável pelos seus cidadãos

1. Pensar como é visto o negro numa sociedade a brasileira

Aqui neste capítulo refletiremos como é o negro numa sociedade tão diversificada como a brasileira. E também falar um pouco resumidamente sobre o estado de Ceará, e por último veremos como o estado usa seu poder coercitivo muitas vezes para legitimar no seu ato. E quais são as camadas mais penalizadas entre as quais os negros e brancos. E apontar as possíveis pistas para acabar com estes males.

1.1 O que é ser negro no Brasil

O propósito deste capítulo é analisar com cautela como é visto o negro numa sociedade “a brasileira”. Numa sociedade com diversidades, “cores”, “etnias”, religiões diferentes. No entanto, ao iniciar este capítulo pretendemos fazer uma abordagem resumida do que é o Ceará, porque ao nosso ver só assim nos possibilita a ter uma visão mais ampla sobre o assunto. Feito isto, poderíamos inquietar qual é o papel do negro na sociedade brasileira, estas inquietações muitos autores vão nos ajudar a tentar compreender este fenômeno. Entre o “branco” e o “negro”, ou seja, dos dois lados existem um problema que de acordo com (DOMINGOS, 2017)¹, no seu artigo intitulado *Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência*, publicado em: São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p. 190-208 | jul.-dez. 2017 | ISSN 2178-0437X.

Ao analisar como é visto o negro na sociedade brasileira, e quais condições ele possui? Será que a maneira como um negro/branco são tratadas pôr a gentes policias são iguais? Como os dois são geralmente vistos num espaço público como: shopping, mercado, estação de metrô ou terminal de ônibus, ou na estrada num horário noturno.

Ao fazer estes questionamentos, podemos perceber uma certa complexidade no que se refere aos dois sujeitos. Ao responder estes questionamentos, claro que vai depender de quem está respondendo, e que posição social ocupa. Mas deixando isso de lado, e pegar os números,

¹ O professor Luís Tomás Domingos, Moçambicano, da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira (Unilab).

as estatísticas, vamos perceber uma certa diferença em tratamento de um negro e um branco. Se não veremos nos itens que se seguem.

Ao analisar como é visto o negro na sociedade brasileira, e quais condições ele possui? Será que a maneira como um negro/branco são tratadas pôr a gentes policias são iguais? Como os dois são geralmente vistos num espaço público como: shopping, mercado, estação de metrô ou terminal de ônibus, ou na estrada num horário noturno.

Ao fazer estes questionamentos, podemos perceber uma certa complexidade no que se refere aos dois sujeitos. Ao responder estes questionamentos, claro que vai depender de quem está respondendo, e que posição social ocupa. Mas deixando isso de lado, e pegar os números, as estatísticas, vamos perceber uma certa diferença em tratamento de um negro e um branco. Se não veremos nos itens que se seguem.

Ao começar por analisar a segunda questão da violência policial; não nada é fácil. Exatamente como mostra Hannah Arendt (2014, p. 51), ao citar George Sorel a quem observou há mais de sessenta e nove anos atrás, que “ os problemas da violência permanecem muitos obscuros”, mas o que se vê é que este problema ainda é tão presente como antes, em outras palavras a violência policial ainda se verifica na nossa sociedade, principalmente a brasileira.

Esta violência ela precisa ser entendida de uma maneira que ultrapassa o seu desejo de fazer, mas sim existem outros fatores que os condicionam ao fazer. Quais são? Em primeiro lugar é a questão política como aponta Arendt. Ao trazer contribuição de Milles diz que “Toda política é uma luta pelo poder; a forma definitiva do poder é a violência”, disse C. Wright Milles, daí ele faz um eco, vamos dizer assim, com a definição de Max Weber do estado como “domínio do homem pelo homem baseado nos meios de violência legitima, ou seja, supostamente legitima, porque é o poder do estado e usa isso como forma legitima. (ARENDR, 2014, p. 51).

Nesse sentido no nosso entender só faz sentido nessa lógica se seguirmos a consideração de Karl Marx, onde mostra que o estado era um instrumento de opressão nas mãos de classe dominante. Pois bem, no caso específico a que se dirige este texto é exatamente nessa lógica do poder coercitivo de opressão que o estado detém como legitima e usa-o para poder ter controle da massa. No caso brasileiro, a classe dominante na sua maioria absoluta é branca de classe média alta. Para isso, quando observa a camada social que mais sofre com a violência policial

segundo os dados do Ipea: Instituto de pesquisa econômica aplicada; 52,9 % são afrodescendentes. E a probabilidade de o negro ser vítima do racismo é 8 pontos percentuais maior do que brancos e amarelos, mesmo quando são comparados indivíduos com a escolaridade e características sócio econômicas semelhantes. A cada 3 vítimas dos assassinatos duas são negras.

Segundo Daniel Serqueira diretor diest/Ipea, ao dar uma entrevista no jornal TV Brasil, segundo ele o negro é discriminado duplamente no Brasil. Em primeiro lugar ela é discriminada pela a condição social e em segundo lugar ela é discriminada pela sua cor de pele. E quando olharmos para segurança pública o estudo de Ipea mostra ainda sobre a segurança pública e homicídio que para cada 100 habitantes 36,5 para negros e 15,5 para brancos. É um número alarmante.

Com estes números acima referida podemos ver o quão é difícil a situação, mas que não é impossível de ser resolvido. Quando pegarmos e analisarmos o trabalho de Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima (2017), atlas de violência 2017 Ipea e FBFP, mostram que

Além de outras consequências, tal tragédia traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social. Um dado emblemático que bem caracteriza a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, 15 a 29 anos, que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. (CERQUEIRA, et-al, 2017, p. 08).

Por isso, esse fenômeno tem muitas implicações nas vidas das pessoas, de sua convivência de dia após dia no espaço onde se encontra. Quando analisa estas violências de acordo com Cerqueira (2017, p.10), “todos os estados com crescimento superior a 100% nas taxas de homicídios pertenciam ao Norte e Nordeste”. Obviamente existem momentos onde estes números diminuem drasticamente por exemplo “Pernambuco, que foi uma ilha de diminuição de homicídios no Nordeste entre 2007 e 2013 (quando logrou queda de 36% da taxa de homicídio no período), no rastro da implantação do programa “Pacto pela Vida”. Contudo, houve um aumento dos homicídios nesse estado, a partir de 2014, que apenas no último ano aumentou 13,7%”.

Existem outros estudos ainda sobre o estado de Ceará, em que os números continuam a ser assustador, obviamente que estes dados variam de acordo com cada pesquisa, além dos que não foram registradas, ou seja, nem todos os homicídios são registrados. Mas pelos números

segundo o governo de estado através de seu comitê pela prevenção de homicídio na adolescência afirmam que “o Ceará, a oitava unidade da federação mais populosa, com 8,9 milhões de moradores estimados em 2016, está em terceiro lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária de 12 a 18 anos”.

Os homicídios de adolescentes não se dão de maneira homogênea nas cidades. Em Fortaleza, 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. Quase um terço dos homicídios de adolescentes da cidade foi entre moradores de 52 comunidades (onde vive 13% da população da capital em uma área equivalente a 4% de Fortaleza). A maioria dos adolescentes morreu no próprio bairro. Esses bairros apresentam infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal. Em **Caucaia**, 87% dos adolescentes foram mortos no bairro onde viviam. (COMITÊ CEARENSE, 2016, p.12).

Entendemos que estes números não devem continuar, e que o estado precisa criar mais condições para resolver estes problemas. Para nós entendemos que o estado e o governos devem criar um plano de identificar os assentamentos precários, no sentido de poder realizar planos diretores e desenvolver uma política de intervenção especial para essas áreas, não só como também, garantir a equidade na distribuição do orçamento público por regiões, priorizando aquelas com maiores índices de vulnerabilidade; porque entendemos que só assim o estado conseguirá sair e distanciar do fenômeno acima referida. O problema também é que quando observamos a questão da violência policial por partes dos negros, os números também variam de região para região. Mas o fato é que o problema sim existe e que os governos precisam fazer um trabalho de base, no sentido de poder ter um controle maior sobre esses fatos. Se não vamos lá ver:

A categoria “intervenções legais e operações de guerra”, registro Y35-Y36 do SIM, continua apresentando um alto grau de subnotificação, como confirmam os números da segurança pública. Em 2015, o SIM registrou apenas 942 casos de intervenções legais, enquanto a segurança pública registrou 3.320 mortes decorrentes de intervenções policiais, ou seja, 3,5 vezes o número de registros da saúde. (CERQUEIRA, et al, 2017, p. 21).

Para Cequeira (2017), afirma que:

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como

se vivessem em situação de guerra. Cerqueira e Coelho (2017), a partir de análises econométricas com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS, mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. (CERQUEIRA, et al, 2017, p. 30).

Os autores ainda encistem em mostrar a probabilidade de que existem mais chances de o negro sofrer uma violência policial em relação a um branco. Os autores afirmam que “ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais, conforme o Gráfico 5.1 deixa assinalado”. (CERQUEIRA, et al, 2017, p. 30).

Por isso, Ipea mostra que quanto a expectativa de condição de vida o estudo apresenta números consideráveis o negro perde quase dois anos de esperança de vida ao nascer, o que corresponde -1,73, enquanto o branco perde menos de um o que corresponde- 0,71. O estudo ainda aponta quais são as maiores vítimas de agressão por parte da policias. Negros 6,5 %, Brancos 3,7 %. Em outras palavras desses números dos negros tiveram como agressores policias ou seguranças privados contra 3,7% dos brancos. Outro estudo FBFP mostra que 60 milhões de pessoas são assassinadas por ano no Brasil de cada dez (10), sete 7 são negros.

A pergunta que se faz é: Porque os jovens negros continuam sendo as maiores vítimas?

As respostas devem variar, mas o que podemos perceber é que a ideia de que o negro é sempre suspeito de cometer qualquer crime, ela veio desde um tempo muito longo na história deste país. Existia autores como Nina Rodrigues (1994), e Arthur Ramos defendiam que a probabilidade de um negro cometer um crime é maior do que um branco. Ou seja, os negros e os índio são os que cometem mais crime no Brasil. Então esta ideia preconceituosa e racista ainda está presente infelizmente no brasil. Por isso afirma (DOMINGOS, 2002), que a discriminação se tornou um algo recorrente em nossa história e ainda está presente na realidade do país. Não é por acaso que estes números crescentes de violência contra os negros cresçam.

Por isso, quando se pergunta se o assassinato tem cor, as respostas também podem variar, mas os negros são as maiores vítimas para dizer o mínimo, porque quando pegarmos as pesquisas observamos isso nitidamente. Principalmente os jovens de 15 e 29 anos. De acordo com Lúcia Gaspar Virgínia Barbosa (2013, p.02), mostram que “nos altos índices de jovens,

homens, pobres e negros vítimas da violência urbana, seja financiada pelo tráfico ou por outra forma de envolvimento com a criminalidade”. Portanto, a criminalidade e o racismo são doenças sócias e as soluções não serão fáceis.

Por isso, defende Arendt (2014), que “todas as instituições políticas são manifestações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las”. Esta frase é tão verdadeira para várias formas de análise. (ARENDR, 2014, p. 57).

1.2. Uma abordagem resumida sobre o Ceará

O Ceará é um do estado que compõem os 27 estados do Brasil. A sua população atinge marca de nove milhões de habitantes, mais precisamente 9.022.477 pessoas em 2017, diz IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado do Ceará segue como o 8 mais populoso do Brasil e segundo do Nordeste, ficando atrás na região apenas da Bahia; fortaleza atualmente tem 2.627.482 pessoas e entra como a 5 maior cidade.

O estado fica no nordeste do país, dos 184 municípios a educação escolar em muitos destes municípios é vista ainda de forma “precária”, porque nem todas elas têm ainda esta facilidade de ensino. De acordo ainda com esta mesma pesquisa “Fortaleza registrou uma taxa de crescimento populacional de 0,68% de 2016 para cá. Isso também aponta uma tendência de queda populacional, pois no biênio 2014/2015 e 2015/2016, esses valores foram de 0,75% e 0,72%.”. Seja como for o estado de Ceará, possui uma economia razoável, mas nos últimos anos ela está decrescendo devido diversos fatores, que elencaremos depois.

Quando se fala da desigualdade, ao meu ver um dos principais fatores é econômico. Claro que não podemos menosprezar outros elementos, mas o que se observa como um dos pontos fundamentais. Principalmente numa sociedade capitalista como a brasileira. Portanto, o Ceará principalmente nordeste é um dos estados que em termos numéricos possui população com menos oportunidades, este fato o revemos nos capítulos que se seguem.

Pois bem, esta discussão quem é que pode-nos dar um pontapé de saída é o grande intelectual Frances Pierre Bourdieu, (2012), no seu livro o “*poder simbólico*”, este autor defende que para que o poder se efetivasse dentro de nós precisamos ser inconscientes; porque senão ela não será possível. Por isso, o autor fala de poder invisível. Ele traz em debate duas perspectivas: primeiro, abito e campo, o abito antecipa no seu entender o indivíduo ou a pessoa,

ou seja, possui uma potencialidade de convencer os demais. E campo é percebido em dois lados, ou seja, é um lugar de disputa; entre as duas partes o denominador e o denominado.

Portanto, em qualquer sociedade onde se encontra o denominador e no dominado, é porque ali existem o pobre e o rico etc.; lembrando que o artigo feito por Renata Firmino do Amaral, Kilmer Coelho Campos e Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima (2015) intitulado *Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional*, estes autores analisaram a questão da pobreza considerando funcionamentos econômicos, de capital humano, de infraestrutura e meio ambiente no estado do Ceará; os autores foram muito cuidadosos em apresentar com detalhes que “A pobreza é um problema mundial bastante antigo e de difícil solução, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil” com isto, percebe-se que estão analisando um problema global, mas que este fenômeno atinge as cidades menos desenvolvidas. A grande desigualdade que se encontra, ou seja, no entender destes autores um dos grandes elementos da pobreza é a questão da baixa renda isso aqui é apenas um dos fatores que contribuíram para a situação da pobreza, um dos exemplos disso é o acesso à saúde, educação, nutrição, entre outros. (AMARAL, 2015, et al, p.327).

Estes autores vão trazer uma definição do Relatório do Banco Mundial (1990) que definiu pobreza de seguinte maneira: que a pobreza é “a incapacidade de um indivíduo atingir um padrão de vida mínimo, ou seja, é a falta de recursos financeiros para atender as necessidades básicas”. Mesmo assim vai ter pesquisas especificamente analisando, avaliando o capital humano cearense. Quando observa a pesquisa de Bar-El (2006) ele defende nas suas pesquisas que “no desenvolvimento do estado do Ceará, foi observado que os níveis de analfabetismo e de anos de escolaridade da população cearense obtiveram progressos significativos no presente milênio”; a pergunta que se faz é será que com tudo este desenvolvimento as desigualdades também está se melhorando? Talvez não, talvez sim. Mas o problema é que se formos ver a pobreza é mais intensa no meio rural que no meio urbano; porque os que vivem no meio rural tem menos acesso de compra se os compararem com seus irmãos que vivem no meio urbano. Esta desigualdade é carregada de preconceito e discriminação racial e regional.

De acordo com estes autores é de nosso conhecimento que “o indicador mais utilizado para medir o crescimento econômico de uma população é o PIB”. Colaborando com esta afirmação talvez um dos mecanismos que podem ser tomadas como eficaz é de que o crescimento econômico deve ser acompanhado de um processo de industrialização. De acordo

com Amaral et al, (2015), Apud Kim, (2007), defende que mesmo na zona rural, pois esta deve ter outros ferramentais “de emprego que não seja a agricultura para absorver a mão de obra excedente e para que a população tenha a liberdade de escolher qual segmento quer seguir sem ter necessidade de migrar para outros lugares”. (KIM, 2007, Apud AMARAL, 2015, et al, p.328-330).

Esta pobreza, podemos ver um exemplo disso quando se fala da bolsa família. O impacto no bem-estar destas famílias que beneficiam pelo referido programa no estado do Ceará. Os autores concluíram “que a renda média proveniente do trabalho das famílias beneficiadas pelo Programa era significativamente inferior à mesma renda das famílias não beneficiadas, sugerindo que existe dependência entre aquelas famílias e o Programa”. Portanto, aí veremos ainda um problema muito a serem resolvida. Aqui não estou entrando na própria discussão do programa bolsa família, mas é um dos ferramentais que podemos pegar como base para ver ou analisar este fenômeno. Este mesmo autores vão concluir ainda que o Programa Bolsa Família, que, embora a cada ano amplie sua cobertura, não se trata de uma ação que crie o alicerce necessário à redução da pobreza, visto que não desenvolve capacidades”. (AMARAL, 2015, et al, p.328-330-332).

No texto de Filipe Rabelo Rávora furtado e Mauricio Cabrera Baca, (2018, p. 01-02), intitulado *a importância do setor calçadista na economia cearense* os dois apresentaram em síntese o que faz a economia cearense crescer, no entender destes “o setor de couro sempre foi destaque na economia cearense tendo figurado, historicamente, entre os principais destaques no Estado”. Então com esta afirmação podemos perceber que não existe só um setor por exemplo a agricultura, gado etc.; mas sim há vários como o texto coloca. Mas é claro que se olhamos a um período podemos observar que, a economia cearense era baseada no “binômio Gado-Algodão, que não exigia elevada qualificação profissional, tampouco uma elevada necessidade de recursos financeiros”. Para tanto, o setor sempre varia dependendo do período, isso pelo menos o que se encontra nas escritas destes autores.

Quando observamos o segundo elemento deste problema na sua pesquisa encontraram que na estrutura econômica do Estado, a Indústria apresenta segundo. Ela é a segunda maior participação no valor adicionado bruto. Se não vamos ver o que eles defendem. “Em 2015, a participação da indústria foi de 19,6%. Para eles pode-se observar que a Indústria de transformação é o segmento que mais contribui para o valor adicionado bruto do setor industrial”. (FURTADO e BACA, 2018, p. 03). Estes autores vão apresentar vários setores que também contribuem muito para o crescimento da economia como por exemplo no sector

calçadista, o seu trabalho mostra essa importância e verifica-se que o setor de calçados apresenta a maior representatividade relativa nesse quesito.

1.3. O papel do negro na sociedade brasileira

Ao discutir o problema do negro na sociedade brasileira, ao meu ver temos que ver e analisar duas características fundamentais; entendo que só assim chegaríamos uma possível conclusão sobre o problema. Se não vamos ver o seguinte: em primeiro lugar, vejamos o passado tem um papel fundamental no que diz respeito a esta temática; isso tem que ser levado em consideração, lembrando que SANKOFA, que “é um dos adinkra, conjunto de ideogramas que compõem a escrita dos povos akan, da África ocidental”. Nos ensina muita coisa a respeito. Para estes Sankofa significa “que nunca é tarde para voltar e recolher o que ficou para trás”. O que significa que neste item precisamos fazer um pouco de retorno às origens no sentido de poder entendê-lo melhor. Porque o próprio símbolo tem um grande significado, o símbolo de sabedoria de aprender com o passado e para construir o futuro melhor. A segunda característica tem a haver mais com o presente recente, ouvir das pessoas como elas/ es vem esta questão. Porque no nosso entender as referências são muito importantes, mas ouvir indivíduos também é um dos mecanismos que podem nos possibilitar a ter uma compreensão maior.

A pós dois anos voltei para discutir esta temática apesar de maneira mais ampla. Porque no meu trabalho de bacharelado em humanidades restringe o debate mais, ou seja, dentro do recinto universitário, porque isso era a minha preocupação. Ora bem, quando se discute a questão do negro se olharmos no entendimento da Lélia Gonzales (2008), ela vai dizer que no Brasil existe uma divisão do espaço; que para ela isto, “é uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra”: no entender esta autora quase dois terços da população branca (64%), concentram-se na região mais desenvolvida do país e ao contrário da população negra que quase na mesma proporção (69%), concentram-se no resto do país sobretudo em regiões mais pobres. (GONSALEZ, 2008, p. 29-30).

O que se pode perguntar pegando o gancho da citação da Gonzalez, é o seguinte: o que está na base dessa grande proporção desvantajosa? Qual era e até hoje é o papel do negro nesta sociedade? Ao tentar responder estas perguntas convidaríamos muitos autores para nos ajudar a dialogar e apontar alguns elementos possíveis. Em primeiro lugar gostaríamos de trazer Florestan Fernandes no seu livro intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*, o

sociólogo brasileiro demonstrou de que maneira a estrutura social brasileira bloqueava o acesso dos negros à cidadania plena. Segundo Fernandes a discriminação resultante da escravidão limitaria a inserção efetiva dos negros e mulatos numa ordem competitiva.

Neste livro, ao lê-lo, entendemos que é importante trazer a discussão feita por Antonio Sérgio Alfredo Guimaraes (2008), no seu prefácio. Porque ele vai mostrar que o trabalho, tem como foco discutir como foi “a integração do negro na sociedade de classes”. O autor tenta trazer vários elementos históricos no que diz respeito ao tema em específico na cidade de São Paulo. Pois bem, apesar de nosso foco é Ceará, mas vamos pegar este exemplo e ver de modo geral como o negro é tratado. Pois bem, o que se pode verificar neste livro como ponto chave é que ela aponta ao nosso entender duas compreensões bastantes significativas a saber: em primeiro lugar destaque aqui a importância, ou seja, a razão da sua grande energia ou vitalidade. Porque se fomos analisa-lo de forma profunda percebe-se que as ideias apresentadas neste livro segundo Guimarães a quem escreve o prefácio, mostra que este livro transformou em manual de formação política de jovens intelectuais de esquerda. O livro, ou seja, as ideias postas aqui revolucionaram a compreensão do racismo brasileiro.

O Negro sempre foi tratado como cidadão de segunda classe, ele foi marginalizado não só durante a escravidão, mas também depois de sua abolição. O negro desempenhou um papel preponderante na construção de sociedade brasileira, porque ele contribuiu na ajuda do desenvolvimento econômico centralmente. Mesmo assim, ainda ela é tratada como possíveis cidadão que possa criar distúrbio pela sociedade, este exemplo basta pegar as entrevistas que fizemos e analisa-los vai entender este fenômeno absurdo que a sociedade ainda infelizmente em número muito maior ainda acredita. A desconfiança está sempre ao seu redor, basta pegar exemplos que ocorrem a cada dia no Brasil, vai compreender que esta desconfiança é grande para não usar termo como falta de respeito.

Neste molde de raciocínio, o professor Guimarães ainda coloca como seu título neste caso referindo Florestan, neste livro “repõe os negros brasileiros no fluxo dos conflitos que decidem e forma a nação, a sociedade e o Estado no Brasil”. Continua dizendo e faz uma comparação dos negros brasileiros e os industriais na Europa especificamente na Inglaterra; veja o que ele diz: “os negros no Brasil, são tão centrais para a nação como foram os trabalhadores industriais, na Inglaterra”. (GUIMARÃES, 2008, p. 11).

A segunda razão para ler este livro diz Guimarães: “é prender sociologia e se posicionar diante de teses e interpretações controversas que continuam a frequentar as nossas discussões

sobre relações raciais”. Eis isto na verdade que pretendemos fazer aqui também neste trabalho. Mas é importante deixar claro que só poderemos apontar algumas delas até porque não teremos como desdobrar toda a discussão que o livro apresenta; tem teorias que até hoje são aceites sem muitas contestações. O exemplo de uma delas a saber: é o que professor chamou do mito da escravidão benévola; aí eu acrescento bondoso, humanitária etc.

A partir desta teoria vamos ter outros pesquisadores, podemos chamar de seguidores de Florestan alguns deles como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni nos seus trabalhos intitulado *cor e mobilidade social em Florianópolis* colocaram em debate series de dúvidas sobre a veracidade factual da tese a qual nos referi acima, mas não basta por aí eles demostraram que a própria tese teve o seu carácter ideológico; portanto a partir daí já podemos ir além do que poderíamos, porque o tema já vai se aprofundando e apresentar mais elementos cabíveis a respeito. Com esta discussão Florestan e Roger Bastide criticavam e mostravam outra forma do entendimento o que nos considera como inovador. Vê-se que os dois professores perceberam que “a democracia racial brasileira, mais que um ideal normativo e consideram que tinham se transformado em mito”. Eles prosseguem ainda esclarecendo seus pontos de vistas em que no seus entender mito não no sentido de falsidade, como alguns pensam, mas no sentido de uma ideologia dominante, de uma percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva. (GUIMARÃES, 2008, p. 12-13).

Este autor defende ainda que

O mito consistiria em tomar o que eram desigualdades raciais próprias da ordem racial escravocrata – como desigualdade de classes da ordem competitiva – próprias do capitalismo industrial. A burguesia e a classe média brasileira projetavam tal ideal de comportamento de classe de modo a encobrir o seu racismo. (GUIMARÃES, 2008, p. 13).

Ainda aqui do livro mostra outras teses que são ou podemos considerar mais controversias, uma desses é a tese de “autoexclusão do negro e do mulato do mercado de trabalho paulista”, para ele de tudo que os negros contribuíram por esta nação ainda são discriminados e autoexcluídos na sociedade; a outra tese a que se considera complementar era do que “os imigrantes europeus não discriminaram racialmente os negros; ao contrário quando exibiram o preconceito contra os mesmos o fizeram do modo aprendido com os brasileiros natos”. A preocupação aqui do Florestan é claramente colocada a reconstrução do negro

brasileiro em todas as esferas o que ele denomina de “O novo negro”. (GUIMARÃES, 2008, p. 14-15-16).

Aqui para Fernandes uma das principais questões a serem colocadas ou discutidas é como o comportamento social de “negros” e “brancos” constituiu o foco direto das descrições e interpretações, porque para este autor é exatamente através destas questões que poderíamos entender de que maneira ela nos diz respeito como o sistema de relações raciais no Brasil respondeu as transformações da estrutura da sociedade inclusiva.

É importante salientar acima de tudo, que depois do abolicionismo o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveito personalizados, secundários e ocasionais. Porque estamos a mostrar estes elementos? Porque para Fernandes (2008), para além de que São Paulo parecia como centro urbano especificamente burguês, pensava-se que o “trabalho livre”, a “iniciativa individual” e o “liberalismo econômico” eram os ingredientes do progresso é a chave que iria deixar superar o “atraso do país” e não só como também “propiciar a conquista os foros de “nação civilizada” pelo Brasil. Em linhas gerais segundo Fernandes a sociedade brasileira largou ao seu próprio destino, e por outro lado, para que estes negros deitassem “sobre seus ombros e responsabilidade de se educar e de se corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento de trabalho livre do regime republicano e do capitalismo”. (FERNANDES, 2008, p. 34-36).

1.3. O que seria o papel das cotas para populações negras: A partir de ponto de vista da realidade brasileira ‘cearenses’.

O debate sobre as cotas vem sendo uma das pautas mais discutidas ao longo dos anos passados, se quisermos podemos pegar de 2003, desde a implementação da lei 10.639/2003 até os meados de 2016. Isso em vários debates acadêmicos e não só como os jornalistas, poetas entre outras áreas do saber. Portanto, este fato pode ser percebido que o problema sobre cotas vem ganhando espaço a cada vez mais principalmente pelos seus defensores. Faço aqui algumas perguntas aparentemente simples: como é visto a tenção racial no Brasil Ceará? Será que é para acreditar nas políticas de ação afirmativas?

Para nós as cotas são importantes porque se pegamos dois elementos vamos entender como elas são nitidamente frutíferos para uma sociedade tão desigual como a brasileira. Se não vamos lá ver.

Em primeiro lugar; nós entendemos que estamos ainda a viver uma escravidão; o problema é que ela tem um final burocrático e esse final burocrático criou na sensação da nação brasileira uma ilusão de que as questões produzidas pela escravidão estão resolvidas, ou seja, terminadas. Enquanto nós entendemos que você não arranca um povo de um lugar atravessa oceano com ela durante 300 anos chega aqui você divide as famílias, mata a língua, mata a cultura, tira tudo deles e faz eles trabalhar até morrer. As vezes poupam mulheres porque cuidam de seus filhos. Então, no nosso entender a tenção racial, ou seja, racial ainda é original. Mas de tudo que estamos tentando mostrar aqui na visão do Filósofo e ensaísta brasileiro Luiz Felipe Pondé, o entende ao contrário. Se não vamos ver o que ele entende sobre. Numa palestra ele começa a trazer um exemplo de um estudo comparativo feito no EUA pelo seu colega João Pereira Coutinho. Mostrando desenvolvimento, diferenças entre universidades que adotaram, ou seja, assumiram cotas raciais e os que não assumiram cotas aquele país.

Ele disse que “o resultado por exemplo da população negra americana, mostrando que na universidade sem cotas você vê o maior desenvolvimento de estudantes de cegar cargos importantes”. O Pondé, não lembra que o problema que se discute na questão de cotas não se restringe só ao chegar ou atingir cargos importantes, mas sim de ter oportunidades de estudar e ter o *capital cultural*, como outros, Conceito utilizado pelo Bourdieu. Pondé vai ainda mais e disse: “não acredito nesse conceito de separação histórica. Acho que este conceito existe para criar burocracia, alimentar ressentimento”. Pois no caso dos índios ele acha que este povo tem que se assimilar ao Brasil, igual a todo mundo porque a história é assim, as relações entre as culturas de que as pessoas se misturam um fica parecendo com outro. Pois bem, quando o professor Pondé fala isso, parece-me que as pessoas que defendem estas políticas de igualdade o objetivo não é criar separação, guetos nada disso. Muitas das vezes os intelectuais acabam cometendo equívocos quando se acham que o problema ou discutir políticas de cotas na universidade é criar “cotas geográficas, para manter uma cultura existindo como se fosse um parque temático. Palavras de Pondé. Esse entendimento para nós é errado.

Ora, o que nós achamos é contrário do entendimento do professor Pondé, porque? Já apontamos um pouco algumas reflexões, mas vamos continuar tecendo outras reflexões. Em segundo lugar nós acreditamos na política de ação social, somos a favor de cotas raciais. O pior aqui é fingir que tudo está bem, de que esse assunto não existe. Negar que o Brasil é isso é o que a elite e alguns intelectuais na sua maioria tem feito sistematicamente. Eu particularmente acho que a elite brasileira deve ceder e ajudar para na implementação de cotas sistematicamente enquanto ainda existe a brutal desigualdade no país. Isso para com que negros entrem nas

universidades, com o número significativa ou nos cursos técnicos em todo o lugar. Não dá para dizer que uma branca parte do mesmo lugar com um menino que nasce na favela; nem tão pouco dá para dizer que o filho de um branco de classe média terá a mesma condição e oportunidade com o filho de um negro “favelado”. Esse último tem 350 anos de opressão, de humilhação, de ofensa, ao nascer um filho de um branco ela não tem essa sensação na vida. Então achamos um absurdo não levar, ou seja, desconsiderar as políticas de cotas.

No final da palestra Pondé finaliza dizendo que achas que a questão, ou seja, a discussão sobre cotas não é um problema. No seu entender “o principal problema é porque ela afere a lógica do mérito”. E continua dizendo que essa lógica do mérito as pessoas precisam leva-los em conta. E disse que ele vê essa discussão como uma coisa “podre”, porque fica reparando o que aconteceu historicamente. Finalizo dizendo que precisamos sim levar em conta a questão histórica até porque se existe o presente é porque existiu o passado, ao dizer que as cotas criam o racismo como aponta o professor. Retomaremos este debate no segundo capítulo.

Devo obviamente deixar claro que temos que levar em consideração o fator mérito, mas como podemos levar isso em conta se o próprio sistema educacional é uma desigualdade tremenda. Claro que ele chama atenção nisso, mas o problema não é só a questão do mérito. Entendemos que temos que ver onde partiu as ambas as partes, em outras palavras como podemos criar ou aplicar por exemplo num concurso o mesmo procedimento de pessoas que vieram do processo de ensino diferentes? Não da. Aí sim podemos aplicar cotas para aqueles que tiveram menos oportunidade. Vamos retomar esta questão nos capítulos que se seguem. Mas como Pondé é de classe média alta dificilmente sentirá a mesma sensação como já tínhamos dito. Com isso, veremos o que Bourdieu explica sobre a classe dominante que quando está aí no poder nunca quer dar oportunidade pelo menos na sua maioria, eles sempre lutam para com que isso continua assim é como se fosse criar uma estratificação social, e achar que tudo é normal, de que é natural. E isso cria uma hierarquizando as pessoas.

A classe dominante é o lugar de luta pela hierarquia, dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a

época), tendo sempre a colocar o capital específico a que ele deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2012, p. 12).

Numa sociedade que passou por um processo escravocrata em torno de 500 anos, quer dizer 5 séculos, e que depois de todo males, o negro continua ainda sendo cidadão de segunda classe. A pergunta se faz e encisto nisso é o seguinte: por que não as cotas? Tem discussões hoje que algumas pessoas fazem de que as cotas não são mais necessárias porque todos são iguais e podem concorrer a qualquer concurso público de maneira igual como falou Pondé. Tudo bem, mas vamos ver e analisar de outra forma. Em terceiro lugar o negro, indígena, quilombola, sempre foi discriminado a séculos; estes tiveram e até hoje têm menos oportunidades de ingressar na escola, principalmente de qualidade. No entanto, estes indivíduos de qualquer forma possuem menos informações adequadas, ou seja, tem menos preparação ao comparar com um filho de uma família que possuem uma grande “capital cultural”.

Para este autor quem detém mais o “capital cultural”, a probabilidade desta pessoa, ou seja, da família ter uma boa qualidade de aprendizado é maior e não terá como compará-lo a aquele que não o detém. Retomaremos esta questão nos itens a seguir. Mas o que podemos começar a observar a partir da análise deste autor é que a sociedade é tão desigual e que se não empenharmos em fazê-lo de uma forma equilibrada os que detém este capital ficará sempre privilegiados e continuarão a comandar os outros. Aí que nós poderíamos fazer uma analogia deste análise a partir de ponto de vista da realidade brasileira, principalmente Cearense. Disto, diríamos e concordaríamos com alguns autores que defendem a importância das cotas. Encisto ainda dizendo que é importante as cotas por estas populações, claro que ela não vai ficar definitivamente, ou seja, para sempre, chegará um momento que vai acabar ou deixar de ser aplicadas. Para nós isso seria possível só uma vez que a sociedade estará equilibrada. Em outras palavras, seria possível a rejeição das cotas só no momento onde vai ter um grande número de não brancos nas universidades, nos grandes lugares de poder, ou seja, de tomada de decisão. Elas são a maioria de acordo com os dados de IBGE. Então, temos que observar este ângulo de que não é possível que isso continue assim. É exatamente quando observamos estes elementos é que se vê a importância das cotas nas universidades públicas. Porque está população ao longo dos anos não possui esse ‘capital cultural’. A qual se defende Bourdieu.

Capítulo 2 A consequência do branqueamento: ações afirmativas e seu entendimento pela sociedade

2. Ações afirmativas como modo de incorporar as populações negras nas camadas sociais brasileiras.

Neste item vamos discutir o que seria ação afirmativa e porque ela foi implantada no Brasil, como modo de incorporar as populações negras, indígenas e outras minorias. Também trataremos como ela surgiu e que finalidade ela tem, embora existam visões diferentes bem sustentadas tanto por parte dos defensores como por parte dos que estão contra sobre o tema, ou seja, da sua aplicabilidade.

O que é de saber e que as políticas de ações afirmativas surgiram como forma de combater cenários de segregação e discriminação institucionalizadas, que ocorreram e ainda ocorre. De acordo com Allan Coelho Duarte (2014, p. 04), “uma dessas medidas, as cotas raciais, obteve posição de destaque na sociedade norte-americana e se expandiu para o Brasil. Por aqui, o Supremo Tribunal Federal (STF) já se pronunciou favoravelmente à constitucionalidade de tais políticas” isso no que tange o princípio de igualdade material.

As políticas de ações afirmativas podem ser compreendidas como soluções de caráter temporário, não definitivo obviamente tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, “cujo intuito primordial é o de corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais, causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar certo grupo específico”, mas que estes grupos sejam por critérios de raça, etnia, religião, gênero, entre outros elementos. (DUARTE, 2014, p. 04),

Para Marcos Antonio Batista da Silva (2014), Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa (2013), percebem que este tema na contemporaneidade, apontam-se as políticas de ação afirmativa como uma das estratégias, mas não a única, de combate ao racismo e à desigualdade racial brasileira. Obviamente que este tema já vem sendo discutido na sociedade brasileira desde a década de 1980.

Vale salientar que os programas de políticas dessa natureza foram criados para com o estado e os governos comprometem a tomar medidas para eliminar a discriminação racial, sob todas as formas, inclusive por medidas legislativas e pelo fortalecimento de organizações capazes de eliminar barreiras entre as raças, porque numa das cláusulas da declaração universal

dos direitos humanos é que nenhum ser humano poder deve ser discriminado pela sua cor de pele, religião e condição social. Segundo Flavia Piovesan, (2006, p. 38), a “declaração de 1948 combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade”.

Vale também lembrar que o Brasil é signatário desse pacto de combate ao racismo por isso Piovesan defende que

Implementação de tais programas será destinada ao enfrentamento das desigualdades étnicas em várias áreas, como educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça. Especificamente no Brasil, o tema se concentrou no debate acerca das cotas para ingresso nas universidades públicas, inicialmente para negros e posteriormente para estudantes de escolas públicas. Mais recentemente, a discussão sobre o assunto se ampliou, devido à potencial aprovação de um projeto de lei que garante cotas para negros também no serviço público. (DUARTE,2014, p. 07).

Dito isto, assim entende Silva (2016 que:

A implementação de ações afirmativas é justificável diante da exclusão persistente de determinados segmentos da sociedade, especialmente, os negros. Entre os objetivos das políticas de ação afirmativa, merecem destaque: alcançar maior diversidade e representatividade dos grupos ou categorias que têm sido historicamente excluídos dos espaços sociais mais valorizados; eliminar as barreiras invisíveis que dificultam o avanço social desses grupos ou categorias. (SILVA, 2016, p.170).

Até hoje como já dissemos que existem pessoas que defendem sua implementação e por outro lado, existem visões contratárias. Mas os que posicionam favoravelmente às políticas de reservas de vagas e ações afirmativas, em geral, tem como argumento que estas são medidas temporárias, não definitivo, mas que tem como sua base combater a discriminação, seja social ou racial, e de “corrigir uma dívida histórica”. Já os que tem opinião oposto, ou seja, contraria defendem que tais instrumentos “violam a meritocracia, pois prejudicam os estudantes mais bem preparados para assumir determinada vaga”. E ainda argumentam que a resposta para os problemas de desigualdade do País estaria na melhoria da educação de base e não na criação de cotas”. E ainda explicam que tais políticas podem, na realidade, aumentar a segregação e o

preconceito no país em vez de corrigir desequilíbrios socioeconômicos. (DUARTE,2014. p. 07-08).

Com tudo isso, o supremo tribunal federal por 11 votos a- 0 decretou que as cotas são constitucionais. Porque no seu entender viram que não terá como competir de igual modo, de uma/um estudante que vieram de escolas diferentes, neste caso público e privado. Isso mostra que é preciso revisar a história brasileira e fazer justiça social. Na sua compreensão a decisão é boa, no sentido de repor uma exclusão social que os negros tiveram. Mas alguns intelectuais hoje como: Luís Felipe Ponde acha que isso é errado, como também na época a folha de são Paulo achava que isso estava errado. Mas o que temos que lembrar é que o brasil saiu de colônia, não para republica, mas sim para monarquia, se fosse para republica pelo menos legalmente todos seriam iguais. Então, o brasil saltou tudo isso, no início do século, por isso, não é por acaso é o país que mais demorou para terminar com escravidão. Quando o negro se tornou livre não tinha nem terra para ele. Então, automaticamente ficou pobre. A questão colonial tem uma continuidade na questão racial e tem ainda continuidade na questão do empobrecimento do negro e o poder do latifúndio brasileiro.

É importante ressaltar de como surgiu o termo a que estamos a discutir. Segundo Duarte, 2014, p. 08), o termo ação afirmativa em inglês (*affirmative action*) surgiu no início da década de 60, quando os EUA definiram medidas que viriam a ser adotadas pelo governo, isso no sentido de corrigir ou minimizar os efeitos perversos da discriminação racial no país. Também se buscava “combater o preconceito, que atingia proporções, há muito, alarmantes”. Nesse sentido de acordo ainda com o autor “os presidentes John Kennedy e, posteriormente, Lyndon Johnson convocaram todos os americanos a tomarem *ações afirmativas* para garantir que, independentemente da raça, as pessoas fossem empregadas e tratadas igualmente”.

Entendemos a importância dessas ações e que não se deve limitar só às ofertas de cotas, mas que consideremos a relevância das condições de acesso à educação igualitária entre outros: como por exemplo a cultura de pesquisa e vão proporcionar e tecer o debate de uma maneira mais consistente. Em outras palavras ao nosso entender o propósito é o de produzir um corpo discente diversificado, ou seja, trazer visões diferentes e de camadas sociais diferentes. Dito isto, o que contribuiria para a ampliação dos debates acadêmicos e proporcionaria uma experiência estudantil mais enriquecedora.

Por isso, defendemos as políticas de ações afirmativas. Existem argumentos de que a discriminação se dá a partir de classe, mas esse argumento já foi derrubado a tempo, porque não tem nenhuma base que sustenta este pensamento. A justiça exige redistribuição e o reconhecimento da identidade “O reconhecimento não pode se reduzir à distribuição, porque o *status* na sociedade não decorre simplesmente em função da classe. Tomemos o exemplo de um banqueiro afro-americano de Wall Street, que não pode conseguir um táxi”. Nesse tipo de caso, ou igual a esta se vê que a injustiça da falta de reconhecimento tem pouco a ver com a má distribuição. (FRASER, 2000-2001, pp. 55-6 Apud PIOVESAN, 2006, p. 39).

Finalmente faz-se necessário combinar a proibição da discriminação em todas as esferas da sociedade com políticas compensatórias que acelerem a igualdade como processo. Para nós, isto é, para assegurar a igualdade porque não basta apenas proibir a discriminação mediante legislação repressiva; não é que são menos importantes, mas não é o único caminho. Imagine o seguinte: a própria discriminação dependente do nome que pode podemos dar seja de cor, raça, etnia, religião, gênero implica a violenta exclusão e a intolerância à diferença e à diversidade.

2.1. O branqueamento como forma de “*diminuir ou acabar*” com minorias étnicas.

O livro psicologia social do racismo, a quem vai perfazia-lo, é o professor e pesquisador Kabengele Munanga. Dentro do prefácio o autor vai só apontar alguns elementos importantes no que diz respeito a psicologia brasileira, e por outro lado, também vai tecer algumas características do racismo brasileiro. Com isso, Munanga abre o debate e mostrando que se os nossos comportamentos numa sociedade racista como a nossa podem ser objeto de um olhar interdisciplinar, neste caso, cada disciplina implicada dar a sua própria contribuição ao redor de seu aspecto, “tornando-se ipso facto, auxiliar e complementar das disciplinas afins”. No que diz respeito sobre o estudo dos negros aqui no Brasil, segundo o autor o estudo tem começado a mais de 100 anos, um dos seus protagonistas é no Nina Rodrigues.

Para Munanga (2014), o preconceito racial é um fato de enorme complexidade. E como é complexo, o autor compará-lo com o *isiberg* cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, como as práticas de discriminatórias que podem ser observadas através dos comportamentos sócias individuais. Por outro lado, estas práticas discriminatórias podem ser averiguadas e forma cautelosas e colocadas pelas ferramentas teóricos-metodológicas das ciências sociais. O autor segue ainda dizendo que a parte inundada ou

cavada do *Isiberg* “correspondem, metaforicamente, os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas”. Aqui podemos entender a preocupação deste autor ao trazer estas questões, ou seja, problemas que muitas das vezes ficam nas nossas cabeças de formas consciente ou inconscientemente. (MUNANGA, 2014, p. 09).

Vale lembrar aqui estamos a rediscutir esta temática, porque no nosso entender precisa ser colocada em discussão de forma mais ampla, e que vai poder atingir todas as áreas do conhecimento. E que no entender de Munanga, a psicologia social “tem reservado um espaço de pouco significado ao estudo destes fenômenos que tocam a vida de 60 milhões de cidadãos brasileiros de origem afro-brasileira”. O autor vai explicar ainda a diferença do racismo no Brasil e os demais países; ele argumenta que o racismo no Brasil, tem suas peculiaridades. Entre estas o autor vai apontar notadamente o significado e a relevância dada a questão da miscigenação “no debate ideológico-político que batizou o processo de construção de identidade nacional e das identidades particulares”. É neste contexto que segundo o autor foi inventada a ideologia de branqueamento, e que no entender deste autor foi a peça fundamental da ideologia racial brasileiro, e nisso acreditava que com a mistura, ou seja, mestiçagem, e que “nasceria uma nova raça brasileira, mais clara, mais arianizada, ou melhor mais branca fenotipicamente, embora mestiça genotipicamente”. Com isso, vai sumir, ou seja, desaparecer os nativos, neste caso os índios, como também os negros e os próprios mestiços, cuja a presença destes “prejudicaria o destino do Brasil como povo e nação”. (MUNANGA, 2014, p. 10).

Mas quando olharmos o entendimento de Iracy Carone, pode-se perceber que as ideias não são muitos diferentes daquilo que Munanga nos mostrou acima. Claro que vai mostrar todos os elementos e trazer a discussão de forma mais contundente ou cabal, e apontar aquilo que Gilberto Freyre chamou de “branqueamento”, na sua visão luso tropicalista. Se não vamos ver, na sua compreensão no que diz respeito

O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado de intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a abolição da escravidão, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua

mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social. (CARONE, 2014, p. 14).

É importante ressaltar que quando se fala do branqueamento, seria interessante que entendemos que o processo não aconteceu de forma natural, ou seja, o cruzamento racial não foi porque as duas partes querem, mas sim foi um processo brutal do português sem consentimento da outra neste caso o africano sob o cativo. E que tudo isso, veio a culminar a grave discriminação que se perpetua até hoje. Mas existem muitos racistas por exemplo Gobineau e seu racismo e sua ideia influenciou muito aqui no Brasil se não vamos ver como o autor mostra de qual maneira Gobineau entendia e para que o Brasil desenvolvesse e que atingisse o país dito civilizatório o que era preciso fazer. No entender deste autor as ideias que Gobineau

Estava fundada numa visão poligenista da humanidade e condenava o cruzamento inter-racial que teria consequência a perda da pureza de sangue da raça branca e superior e a produção de seres inférteis e incapazes – os sem raça – que viriam a comprometer o potencial civilizatório de nosso povo. (CARONE, 2014, p. 14).

Existem muitos outros racistas como Nina Rodrigues, Arthur Ramos etc., mas o importante é mostrar como estes autores compreendiam o Brasil na época. Que formas o que país poderia fazer e eliminar as outras “raças” na qual existia e até hoje existem e que são maioria. Lembrando que foram os juristas positivistas brasileiros, que incorporou alguns novos argumentos conhecidos como “lei de três estádios” que veio lá de August Comte. Para dizer estes juristas todos eles embora fossem progressistas na condenação da escravidão do povo africano e índio, neste caso, tanto a escravidão na Europa como também aqui nas américas os condenarem, mas eles defendiam que as raças “não só eram definidas pelas características físicas comuns, mas também pelas diferenças mentais transmitidas por hereditariedade”. Eles vão acrescentar ainda de ponto de vista político que “as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior”. (CARONE, 2014, p. 15).

Com tudo isso o autor traz uma questão muito importante, em apontar que muitas das vezes quando um discrimina o outro, deveremos enxerga-lo com uma observação mais cauteloso, porque as vezes a discriminação racial e em defesa de seus interesses. Este autor defende que

No campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito {...} este tipo de discriminação racial é bastante explicitado nos debates que tenho feito ao longo dos últimos doze anos com grupos de feministas e de lideranças do movimento sindical, indignados com a opressão sobre as mulheres. É constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra. (CARONE, 2014, p. 28).

Também Carone (2014, p. 29), vai acrescentar que a exclusão é um dos elementos fortes de discriminação. Por que? Porque segundo o autor a exclusão “passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro”. Vai apontar a questão da moral como uma dimensão importante da exclusão. Para este autor “o primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano”. Mas o que se pode ser ainda mais de forma profunda. Vai ser elencada na citação a que se segue, para este autor

Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. (CARONE, 2014, p. 29-30).

Por isso, que se diz que a discriminação tem diversas formas de se expressar. É só termos cautelas e prudências em julgar estes tipos de casos, pensando que a discriminação é só pela cor de pele, apesar é uma das características mais principais no nosso entender, mas não é a única e nem é o menos importante. É como por exemplo quando falamos das leis que proíbem atos discriminatórias.

2.2. A relação do branqueamento e o uso do poder: Como funciona o poder em relação as cores?

Existe uma diferença de Miles e outros pensadores brasileiros e estadunidenses no que tange a questão racial especificamente no Brasil. Em primeiro lugar, as características que o autor apresenta no seu livro, e modo como a sua pesquisa é centralizada, no nosso entender ele traz uma pequena diferença em termos de abordagem da própria temática. Claro que cada

pesquisador tem a sua forma de abordar o assunto, e a escolha do próprio objeto da pesquisa, mas o que podemos ver é que no caso do Miles, ele centraliza a sua pesquisa no Ceará, e explora em diversos aspectos as características do racismo; em que não vamos poder falar de todas elas já que a referência nos ajuda mais para compreender o assunto.

Para isso, gostaríamos de explorar alguns aspectos do prefácio que da autoria do antropólogo e geógrafo Alex Ratts. O professor Ratts começa prefaciando este livro intitulado “A luta contra a escravidão e o racismo no Ceará” já de início faz algumas críticas para aqueles que dizem que “no Ceará não existem negros”. Para este autor estes discursos é nada mais que uma simples falácia. Mas podemos ver que não só porque o discurso foi desmontado por alguns intelectuais, mas percebe-se que o movimento negro também sempre criticou isto. No entender do Ratts seria importante quando discute essa questão que se volte e centraliza a discussão a partir do período que antecede o movimento abolicionista e estender logo a discussão ao início do século XX. Mas muitos não o fazem por isso, segundo o autor com estas dificuldades “incluindo o processo de branqueamento que é acompanhado de reelaboração e divulgação de teorias raciais que visibilizam ou inferiorizam a população negra”. (RATTS, 2011, p. 05-06).

Ora, se observamos pela história do Ceará de acordo com este autor fica claro que “a população cearense era composta por uma maioria de “pretos”, “pardos”, “caboclos”, e “mulatos”, estes são expressões que eram usados para identificar aquelas populações não brancas; ou seja, todos estes indivíduos na qual acabamos de citar, poderia segundo este autor ser considerados “negros”. Pois bem, estes são alguns pontos, que o autor traz como síntese para sustentar a sua fala, mas este debate vai ser retomado sem dúvida com o próprio Miles, ao trazer a história de “João Francisco Nascimento, nascido na cidade de Aracati, e que depois veio a ser chamado de Dragão do Mar, e outros como Justino de Serpa etc. o autor vai mostrar outros exemplos dessa presença negra, como tambor e o próprio “batuque”. Que na realidade ele não explica o que é significa este “batuque”, mas o que ele quer mostrar é apontar as evidências claras de que sim no Ceará sempre tinha negros, isso não podemos ignorar. Mas como o autor aponta estes fatores históricos, a pergunta que se coloca é, o tambor é o instrumento que representa a população negra ou branca? Qual é o significado que ela acarreta entre os dois lados? Com estes questionamentos entraremos agora na discussão com Ratts especificamente e tentar tecer alguns elementos para debate sobre o racismo no Ceará.

É claro para falar do racismo no Brasil, precisamos entender suas características em detalhes, de maneira que vão poder chegar nas possíveis conclusões sobre o problema acima

citada. O professor Miles, começa introduzindo seu livro mostrando a importância, do dia 13 de maio de 1888, como devem saber que é o dia que marca a história do Brasil, porque no entender deste autor, marca a legalidade da escravidão no país. Mas apesar de que este dia foi importante, “foi, em grande parte uma grande ilusão”. Ele está mostrando isso é no sentido de denunciar que a discriminação racial continuou e os brasileiros descendentes de africanos “continuaram a constituir as classes mais baixas da população”. Com isto, dá para compreender que o próprio autor não está denunciando este problema como também estava tentando fazer críticas a outros intelectuais que escreviam, ou seja, que tenham uma visão simplista sobre este processo, por exemplo “o livro de Raimundo Girão, abolição no Ceará”, que tenha uma visão especificamente, ou seja, exclusivamente sobre a elite e ignora a atitude das classes populares em relação a escravidão. O autor entende que as circunstâncias socioeconômicas do Ceará criaram um ato diferente nas relações de raça ao compararem com as outras regiões onde a escravidão era mais central para a economia. (MILES, 2011, p. 11-12).

Também é importante ressaltar que este tema é importante a ser discutida em diversas áreas de conhecimento, que poderão englobar muitas outras que não seja só das ciências sociais, ou humanas; mas também das exatas. Porque no nosso entender, só assim poderemos atingir, ou fazer passar o debate de forma mais abrangente, que não fique só restringido as áreas sociais. Lembrando que não estou dizendo que estes temas não se discutem nessas outras áreas, mas estou dizendo que seja, com mais frequência, é do nosso conhecimento, que estas outras áreas, vão priorizar outras temáticas, mas este precisa sim ser debatidas, porque é um tema que tem a ver com questão humanitária.

Milles (2011), defende os trabalhos, ou seja, os estudos que dizem respeito a identidade, raça, classe, e que se não for trabalhada de maneira seria continua a complicar “a rica história do Brasil”. Mesmo assim o autor vai explicar o porquê desta afirmação; aliás, vai mostrar que estes estudos como é percebido ou seja, apresentado a desigualdade e a discriminação dos que não são brancos neste país. Para ele a discriminações não só se vê no comportamento da sociedade, mas ultrapassa e vai até no âmbito jurídico, das leis, que os oprimem. E vai mostrar como a própria elite brasileira associa e ao mesmo tempo humilha um país que na sua maioria é formada por não brancos.

Todos estes estudos sobre raça, classe e identidade continuam a complicar a rica história do Brasil e ajudam a elucidar a sua singularidade. Eles mostram especificamente um país que tinha uma história de escravos como mercadoria. Também uma sociedade que mantinham regras jurídicas explicitas que

discriminam os não europeus durante o período colonial, e durante o império, discriminava estas pessoas de uma maneira mais implícita que de fato, mas em alguns casos especificamente pela lei. Estes estudos também exploram os atos de agenciamento por parte dos subalternos. Eles mostraram como as elites cooptaram e oprimem um país que era (e ainda é) fortemente não-branco e como os subalternos resistem à opressão. (MILES, 2011, p. 16).

Estas questões não são novas nas bibliografias em história brasileira, mas claro que existem alguns estudos no que diz respeito a essa questão de forma particular, e que de alguma forma a outra traz uma compreensão de forma mais ampla e complexa. Mas o que vale ainda ressaltar é que a sociedade dominante de acordo com o autor acima citada, sempre vangloriou “a cultura não europeia e as pessoas de descendência de países não europeus”. Desta feita segue ainda na explicação de que “as pessoas de origem não europeus sempre acharam mais vantajoso esconder sua ancestralidade africana ou indígena”. Vai ter estudos que o próprio autor vai apontar que vão mostrar que todas estas pessoas de origem não brancos se “saírem desproporcionalmente pior que os brancos em termos socioeconômicos”. (MILES, 2011, p. 22).

Os negros sempre tiveram uma presença muito grande neste país. Quando olharmos no caso do Ceará, encontraremos esta imensa presença desde início da colonização, na qual alguns foram trazidos para trabalhar na mineração; este fato pode ser entendido ao afirmar Miles que desde “início do século XIX, havia muitas plantações de açúcar que utilizavam escravos negros. Havia uma em redenção, ou no local que na época era conhecido como vila Acarape”, lembrando que foi a primeira cidade que libertou os escravos. (MILES, 2011, P. 46-47).

Quando pega dos dados estatísticos acaba percebendo essas questões. Mas existem teorias que vão negar isso, muitas vezes para poderem sustentar suas teses, como falou Kabengele Munanga. Mas como que se pode observar a discriminação em termos da distribuição da renda e oportunidades entre os negros e brancos? As respostas são várias, mas gostaríamos de apresentar uma delas, aliás já apontamos algumas acima, ainda para Miles (2011), reforça na sua tese que

Havia enormes desvantagens socioeconômicos em não ser branco no Brasil. Aqueles que eram claros o bastante para se passar por brancos tinham mais oportunidades e mais acesso a posições melhores que as pessoas de pele mais escura. Mesmo durante o império brasileiro, quando a barreira de cor foi apagada legalmente, as pessoas de cor eram excluídas das posições mais importantes no governo e no comércio. (MILES, 2011, p. 52-53).

Com esta citação, dá para entender que a discriminação por parte dos não brancos, ou seja, negros ela começou por um período muito longo, e que isso está tendo seu impacto até o presente até os nossos dias. Por isso, quando a citação revela alguns problemas tencionais que para nós são importantes para compreender este mal no período colonial, no Brasil, e próprio aqui no Ceará.

Para Miles (2011) vai insistir ainda em descrever com mais detalhes, como este problema se deu pós abolição da escravatura. Este autor vai defender na citação abaixo que:

A escravidão terminou, mas o racismo não {...} com o final da escravatura todos os homens foram libertados, mas a abolição da escravatura não acabou com a ideia da supremacia branca, nem produziu uma oportunidade econômica para a vasta maioria dos afro-Brasileiros. A ordem econômica do Brasil pós escravatura manteve a maioria da população em estado de miséria, e isto era particularmente verdade para os Afro-Brasileiro {...} não houve redistribuição de terras, nem foram feitas grandes reformas educativas e, finalmente, nenhuma proteção contra as práticas discriminatórias perpetuando a supremacia branca. (MILES, 2011, p. 124-125).

Por outro lado, é bem evidente as questões acima apontadas, veremos que em algumas regiões aqui do Ceará principalmente em Araripe, como bem aponta o autor que aquele lugar foi muito influenciado pelo racismo científico. Nós acrescentamos, que o racismo científico influenciou quase por toda parte do país, principalmente no século XIX, e início de XX. De acordo com o autor há uma confusão e existem as mesmas contradições “nos escritos de Eulydes Da Cunha”, mas como muitos brasileiros de seu dia, transportou as ideias, ou seja, concepção do racismo científico sério. O autor deu exemplo que Da Cunha escreveu, vejam o que ele diz:

Os fatos indicam que a raça caucasiana pode assimilar todas as raças. Suficiente para que a raça caucasiana desenvolva e sua imensa energia e vasta inteligência sobre as outras três raças, na opinião dos estudiosos, as outras raças vão diminuir e desaparecer de face da terra de forma lenta e gradual. (CUNHA, 1902, Apud MILES, 2011, p. 151).

Com estes discursos, consegue entender que é simplesmente uma utopia. Se olharmos bem no caso brasileiro a cada ano a população negra está aumentando mais, mas a ideia era exatamente isto, aliás até hoje a maioria da elite acredita que a população negra desaparecerá um dia. Isso é uma fantasia. Porque próprio Cunha via “mistura de raças”, como lamentável, no seu entender estas pessoas eram biologicamente inferiores, portanto, vão minado qualquer

possibilidade de Brasil ser uma nação verdadeiramente moderna”. Então, pode nós perceber que a ideia de branqueamento de raça era uma questão que já estava em voga como afirma Miles. Não é acaso que na própria bandeira brasileira está a frase “ordem e progresso”. Porque se olharmos bem, a elite intelectual brasileira na sua maioria as suas ideias vieram fortemente por positivismo do August Comte e do britânico, Herbert Spencer. Existem ainda outras influencias como por exemplo do Charles Darwin, e do Artur Gobineau, no entender do Miles todos estes autores acima citados eram estudados pela elite. (MILES, 2011, p. 153-154).

O processo de branqueamento ocorreu no brasil, de uma maneira que a elite até hoje não consegue ter uma explicação convincente pela sociedade. Isto, mostra que o processo estava e até hoje está associado ao poder. Porque quando se tem a ideia de que branquear a população nacional é como se fosse salvar o país, da barbárie, e rumo a uma civilização ocidental, mas os que defendiam esta teoria esqueceram por outro lado, que este país é formado por diversos “povos”. De diferentes culturas, religiões etc. Obviamente quando se quer o poder, principalmente político e econômico é daí que se vem o discurso de cor ou de raça. Isso é típico e notadamente nítido no Brasil. De acordo com Kabengele Munanga “os negros foram forçados a alienar sua identidade transformando-se fisicamente em brancos”.

É por isso, no item que se segue teremos oportunidades de rediscutir a mestiçagem no Brasil, porque no nosso entender é um problema que precisa ser trabalhado de uma maneira seria não camuflada. Porque muitos cientistas sociais se acham ou entendem que a questão racial no brasil, está sendo cada vez mais resolvido possível. Ou seja, a discriminação racial no brasil, com as políticas de cotas, e outras políticas de associabilidade o brasil está se tornando um país menos racista como se vê nos outros países do mundo. Para nós entendemos que não é bem assim. Porque não adianta camuflar dizer que tudo está bem, uma vez não nada está como deveria como fala Da Matta.

Para Da Matta (1996), “o racismo à brasileira tende a se manifestar de modo implícito, dando ou tirando negritude ou indianidade ou estrangeiridade de qualquer pessoa” É claro que muitos racistas temem de discriminar o outro abertamente por questões das leis que existem no país. Discriminar o outro é crime. Mas não significa que o problema está sendo resolvido. Esta discussão retomaremos nos itens que se segue. Mas antes de mais é importante lembrar que o racismo é humano, os animais não são racistas, eles defendem a fêmea, o território, mas não são racistas, essa invenção é simplesmente humana.

2.3. Rediscutir a mestiçagem no Brasil Ceará: as possíveis pistas de reflexões como modelo de atingir o patamar ‘branco’.

Num país como o Brasil, onde se encontra diversas culturas, religiões, “modo de falar” diferente e próprio modo de convivência também diferente. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães intelectual que discute temas de grande relevância e que nos proporciona a pensar muito sobre elas. Quando se discute tema que diz respeito ao preconceito e discriminação racial, democracia e estratificação, identidade e muitos outros, podemos compreender desde já que ele é um autor que preocupa com a questão humanitária; aliás não só ele como muitos outros que não teremos como citar seus nomes aqui. Portanto, ele como intelectual, tem esse dever de nos ensinar como lidar com estas questões, e mostrar quais os caminhos que podemos seguir para diminuir, se não acabar com este problema.

Pois bem, ao entrar sobre o debate, ou seja, no que diz respeito ao nosso tema o que podemos observar nas leituras que fizemos de Guimarães é que ele discute muito esta temática do racismo, veja só como ele começa ao afirmar que “a invisibilidade da discriminação racial no Brasil se deve ao fato de que os brasileiros, em geral, atribuem a discriminação de classe a destituição material a que estão relegados aos negros”. Mas o que se pode observar no dia a dia, ou seja, no comportamento dos indivíduos nas relações sociais é de que a discriminação extrapola o âmbito de classe; não é que o problema de classe é menos visto, mas existem outros elementos que devem ser analisadas. Em outras palavras para este autor o brasileiro nega que ele não é racista. Por isso, ele salienta que para muitos brasileiros, “falar em discriminação racial significa incorrer num equívoco teórico, já que não existem raças humanas”. Portanto, mostra exatamente como o problema racial aqui no Brasil tem suas especificidades. Segue ainda o autor que “esse é o sentido do dito popular, de senso comum, de que a discriminação é de classe e não de cor”. (GUIMARÃES, 2012, p. 47).

Mas os defensores dessas teorias não lembram que toda forma de discriminação racial não é de hoje, mas sim passou por um processo histórico e que estava muito cunhado a questão de “raça”. Apesar de muitos intelectuais no campo de ciências sociais por exemplo Paul Gilroy um intelectual negro de expressivo ativismo na luta antirracista e Silvio Albuquerque e muitos outros vão defender que a categoria “raça” não tem nenhuma utilidade tanto prática como teórica no nosso mundo, neste caso o mundo dito “globalizado”. É por isso, segundo Guimarães “levou a um compromisso liberal e democrático de empregar-se “raças” entre aspas”, no sentido de apresentar o seu caráter de construção social. (GUIMARÃES, 2012, p. 48-49).

Ora, como o tema bem coloca, discutir a problemática discriminatória, é importante vermos como essa questão é entendida na opinião pública no Brasil. E vermos outros elementos que nos possibilita a entender algumas lacunas que precisam ser discutidas, com base nisso Guimarães defende que

O combate à discriminação e as desigualdades raciais tem encontrado resistências por parte da opinião pública brasileira. E, isso, em parte, porque a luta contra o racismo, no Brasil, tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico, formado a partir dos anos 1930. (GUIMARÃES, 2012, p. 56).

É importante salientar também que a luta contra discriminação racial, teve estas resistências desde muito tempo, como a própria citação coloca, mas só veio a ganhar mais repercussão com os movimentos por exemplo Negro Unificador e muitas outras organizações negras, e que estes movimentos privilegiaram durante a sua luta a denunciar o credo da democracia racial e por outro lado, rejeitando “o caráter das relações raciais e afirmando que, o Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais”. O que isto quer dizer? O autor está insistindo em rebater aquelas ideias, ou seja, teorias que pensam que o racismo no Brasil perpassa só na questão de classe não de cor ou de “raça”. Então, aqui o autor está denunciando que o racismo está além do problema de classe. E aqui acrescento que sim existem muitos outros fatores, como “raça”, apesar de rebater essa ideia de “raças”, mas o racismo também, se perpassa na religião, na cor de pele das pessoas, no espaço onde as pessoas se encontram etc. (GUIMARÃES, 2012, p. 56).

Com tudo que estamos a mostrar até aqui, entendemos por bem de que é pertinente falar um pouco sobre o fenômeno da pobreza, entre os brancos e negros. Apesar de não é nosso foco, mas é interessante falar dela. Porque? Por que quando se fala da discriminação racial, a questão que se coloca é que não teríamos como fugir dela; apesar de não é a única; mas também não é menos importante, e sim existe uma série de elementos na qual já apontados acima. Especificamente sobre a questão da pobreza Guimarães mostra que em formas das estatísticas “a pobreza atinge mais os negros que os brancos”. Mas vamos ver o que está na base disto. No nosso entender, o autor apresenta dois fatores principais que leva a pobreza atingir mais a população negra do que brancos. Como podem ver na citação abaixo; para este autor:

A explicação normalmente aceita, tanto pelos governos, quanto pelo povo é de que a discrepância entre brancos e negros se deve ao passado escravista.

Seria, portanto, uma herança do passado, que desaparecia com o tempo. Tal explicações, embora tenha um cerne de verdade, esconde alguns problemas graves... (“como reverter em cinco anos o que é produto de cinco séculos?”), esta tem sido a frase mais repetida pelos governos republicanos, inclusive o atual. [...] a causa da pobreza negra são a falta de oportunidades, o preconceito e a discriminação raciais. (GUIMARÃES, 2012, p. 72).

Existe uma pergunta que o autor fez e que para nós gostaríamos de trazer aqui também como reflexão. “De fato, o que torna legítimo o reconhecimento da falta de oportunidade dos pobres e o preconceito e a discriminação de que são vítimas”? Esta pergunta segundo ele vai ser respondida por maioria dos integrantes dos movimentos negros, em sua maioria segundo o dizem que “tal legitimidade decorre justamente do fato de que os pobres são negros”. E o autor reforça que os militantes têm razão. Mas a sua justificativa não se deu só ao fato de alguns elementos acima referida, mas trouxe ainda outros fatores. Por exemplo “em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, soma-se novas discriminação que aumentam tal desvantagens”. Em outras palavras, o que quer dizer que até hoje quando pega as estatísticas fica claro que ao demonstrarem que as desvantagens dos negros não se resumem só ao passado, mas é aumentado no tempo presente, através das discriminações. (GUIMARÃES, 2012, p. 73-74).

De acordo ainda com Guimarães (2012, 75-76), quando observamos no âmbito da educação o problema baseia-se no que a qualidade do ensino público e gratuito se estragou a ponto de que só aqueles que reúnem condições necessárias podem pagar colégios privados tem condições de entrar na universidade pública e gratuita. Em suma observa-se que não só “os jovens mais pobres não têm acesso a universidade, como grande parte dos jovens negros melhor aquinhoados pela fortuna, mas que não frequentam colégios de elite, tem que pagar pelos seus estudos universitários”. É desta forma que o autor defende com todas as letras que “o mercado e o governo discriminam duplamente o negro”. Por dois motivos apontados: em primeiro lugar dão mais chances de passar ou aprovar para os estudantes vindos de colégios privados; em seguida “qualificam melhor os universitários de rede pública”. (GUIMARÃES, 2012, p. 75).

De acordo ainda com este autor tem ainda outro elemento mais cruel a destacar que é, o fator “gênero”, de que se for mulher aí fica ainda mais complicado, porque as mulheres também sofrem discriminação por fato de serem mulheres.

O que podemos perceber é que os bairros mais pobres, na qual vive a maioria da população negra segundo o autor se encontra a falta de oportunidades, a desigualdade de rendimento, e que aí a discriminação atinge mais as mulheres que os homens. Mas este fato vem sendo melhorado nos últimos anos, por cauda da luta das mulheres pela emancipação e “pela efetiva igualdade”. Mas por outro lado quando observamos as estatísticas acaba percebendo que a lista ficou mais restrita pelas mulheres de classe média e altas e isso não atinge as mulheres pobres geralmente negras. (GUIMRÃES, 2012, p. 75-76).

Com tudo que já colocamos, percebe-se que Guimarães (2012), estas trazendo estas questões para melhor compreender que o preconceito e discriminação racial a população negras são os maiores vítimas. Mas mesmo assim, podemos perceber duas observações do que eram esses negros nos anos 1950-1960, do século XX. De acordo com o autor quando observamos pelas literaturas que falam sobre o assunto acabaremos de tirar as conclusões que naquela época existiam “dois tipos de negros”. Mas por outro lado, se vemos nos estudos recentes acaba surgindo um outro tipo de negro. Estes últimos mesmo que tenha a consciência que a sua cor cria a barreira ele fica sem tentar mobilizar em termos políticos a sua cor., no entanto, veremos isso com mais nítidas na citação de que segue.

Pode-se dizer, baseado nessa literatura dos anos 1950-1960, que havia dois tipos de “negros”: o que acreditava na “democracia racial”, ou seja, o “embranquecido” ou racialmente “alienado”, e o negro consciente de sua cor e de sua discriminação, que Bastide e Fernandes chamaram de “o novo negro”. [...] estudos recentes têm demonstrado (figueiredo, 1999) tem demonstrado, que o período atual, além destes dois tipos, existe um outro: o negro que mesmo sabendo que sua cor faz parte do jogo permanente das representações sociais, definindo oportunidades desiguais, faz, ainda assim, uma trajetória de ascensão sem a necessidade de mobilizar politicamente a cor. Assim seria o novo conformismo. (GUIMRÃES, 2012, p. 86).

A discriminação no Brasil, não só atinge as pessoas mais escuros, mas também aqueles mestiços, sentiam-se ameaçados “de exclusão no seu próprio país”. Por isso, o “protesto negro não desapareceu, muito pelo contrário, ampliou-se e amadureceu intelectualmente”. Isto por motivos simples. Quais são estes motivos: é que “os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; e por outro lado, é de que “ a grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência”. (GUIMRÃES, 2012, p. 87-88).

Lembrem que vos diz que o preconceito e discriminação se baseia também por questão do território, ou seja, lugar onde se encontram cada um de nós. No caso brasileiro o autor coloca

que este tipo de preconceito se nutriu com a Bahia e contra os Baianos, que tem “o modo de ser negro na Bahia”. Em outras palavras é que para o autor “as elites baianas não sabem lidar com seus negros”. Portanto, este tema é complexo, por isso, precisa de uma leitura seria e cauteloso. Mas os autores contemporâneos colocam que o racismo doutrinário brasileiro se concentrou mais nos anos 40 do século passado da primeira república, e que os brasileiros foram beber no “discurso ideológico europeu, não apenas a ciência, que estancou epidemias e saneou nossas ruas, mas pseudociência, as ideologias políticas que franceses” usavam entre si e contra os alemães, para fundamentar seja a restauração monárquica, seja a integridade da nação francesa. (GUIMRÃES, 2012, p. 129-131).

Capítulo 3 **O racismo e o seus problemas: as consequências elementares.**

3. O problema do racismo e suas consequências para sociedade.

O problema da discriminação racial deve ser compreendido de diversas formas. Porque o racismo tem suas especificidades e compreensões de diversas maneiras em que não se resume só há uma forma. Vale salientar que ela não é um problema homogênea. O preconceito e discriminação racial tem suas consequências na sociedade, porque nós não podemos ignorar os atos preconceituosos e racistas que a nossa sociedade “doentio” para emprestar expressão do Domingos (2017), não pode ser admitido e tolerado porque estes atos criam desconforto consequentemente brigas e em alguns casos mortes. Os estados e a sociedade em si precisam empenhar ainda mais nesse combate ao racismo. Dito isto, veremos a seguir qual é a compreensão dos estudantes e como os autores discutem ou entendem este fenômeno.

3.1 A compreensão dos estudantes da Unilab, face o racismo.

Domingos (2017), entende que estamos diante de uma sociedade doentio. Por que? Porque no entender este autor o problema do racismo é nada mais do que um fenômeno de um indivíduo doente. O discurso da cor é vazio; na medida que ficamos presos a olhar o outro não como diferente, mas sim como negro, africano, branco, amarelo entre outros, isso não tem cabimento nenhum. E esse problema segundo o autor tem a ver com o processo escravocrata, ou seja, a escravidão. E essa questão ela tem que ser entendida de dois lados: primeiro, do lado do “mestre” aquilo que chamou de colonizador e do lado do colonizado, ou seja, oprimido. Em outras palavras o que está no cerne dessa desconfiança é o problema de consequência de “trauma” e “estigmas” causado pelo passado histórico da nossa sociedade; que deve ser compreendido de dois lados opostos, tanto do lado do negro como do branco.

Mas o problema é que este último crítico, mas em muitos casos ainda vê o “mestre” como modelo, vai atrás para fazer amizade etc. o que está na base deste debate é que tudo tem a ver com questões políticas, em relação ao exercício do poder. A questão que se coloca de acordo com este autor é o problema humana, ou seja, o que ele defende é a dimensão humana, não cor de pele, raça e outras categorias morfológicas. Posto isso, veremos como o problema racial e discriminatória é entendido por estudantes na Unilab. Nós entendemos que é importante

trazer esses olhares face a temática proposto. Quando foi perguntado como ela se avalia a questão do preconceito e do racismo na Unilab, respondeu:

O problema racial no Ceará principalmente aqui na minha cidade de barreira, é difícil de relatar, porque veja só Wilson, eu como negra, luto todos os dias para tentar quebrar esse preconceito que as pessoas têm sobre nós, mesmo aqui na unilab, é vigente. E, não só aqui na universidade como também a gente depara com essa discriminação, em quase todos os lugares que a gente frequenta. Não posso falar do brasil, porque nunca sai fora desta região, a discriminação aqui se ve pelos olhares contra a gente. Colaborador brasileiro, X3.

O que podemos compreender na fala desse estudante é que o problema racial é vigente e preocupante, pelo fato dela ser no seu entender é um dos motivos para com que ela seja discriminada. Nessa linha de raciocínio Munanga (2009), salienta que a cor da pele é um dos pilares para que uma pessoa seja discriminada, mas o autor não descarta outras características morfológicas, como estrutura física, ou linguística.

Com isso, o colaborador X1, explicou o seguinte:

Veja bem Wilson, eu acho que o problema do racismo hoje no Brasil, principalmente aqui no Ceará é vista no meu entender como se fosse uma coisa normal. Isso é o que eu acho. Se não, é só ver como ela é abordado, ou seja, debatida nos debates acadêmicos, na sala de aula em fim. No meu entender eu acho que ela tem que ser debatida de uma maneira séria e responsável. Só para você ter uma ideia, eu pelo visto pode ver como um branco, mas eu não sou branco, porque na minha família toda são negros, somente eu possuo a cor de pele um pouco mais clara. O meu irmão sofre bulim no colégio, uma vez na reunião dos pais foram levantadas essas questões, e um pai de família disse que aquele ato praticado pela criança “ foi só uma coisa de criança ”. Ridículo isso né? Lamentou a colaboradora. Brasileira, X6.

A partir dessa fala podemos perceber que o colaborador X1, se preocupa com o fenômeno, e que isso até na instituição não foi levado como uma preocupação por parte de uma das famílias que estavam na reunião aponta. O que se presume aqui é que, o comportamento daqueles/as crianças que fazem piadas com os outros, é porque foram ensinadas a fazer quilo, ou presenciaram alguém fazendo um ato preconceituoso ou discriminatória na frente deles/as. Daí entra três fatores que podem condicionar principais para este dialogo.

Em primeiro lugar, ou a criança é ensinada a fazer aquilo, quer dizer o ensinamento pode vir de baixo quer dizer em casa; como salienta Munanga, segundo ou ele/ela aprendeu com a comunidade, como defende Foucault (2014.), e for fim ou aprendeu isso no próprio colégio. Mas como se revolve uma questão dessa? E porque as crianças ainda pequenas

possuem um comportamento como essa? Aqui a resposta é simples. Por que? Porque para Fernandes (2008), como para Guimaraes (2012), o problema racial ainda é visto no Brasil do outro, e ainda nega a sua existência. Para estes autores a sociedade precisa reconhecer o fato e leva-los em consideração nas discussões acadêmicas, rádio, televisão e outros meios de comunicação. Assim será compreendido de maneira clara que a discriminação é condenada mundialmente e que isso consta na carta magna da constituição brasileira de 1988 como crime, levando em consideração os parágrafos acima referidos.

Mesmo com a lei vigente, mas quando alguém quer discriminar o outro, muitas das vezes nem olha por questão da lei ali existente. Ao perguntarmos como se verifica a os aspectos da questão racial na Unilab o estudante respondeu

Sobre os aspectos da questão racial é uma coisa muito difícil, mas tudo está ligado a preconceito, e racismo e enraizado na nossa mente sobre o negro, é uma coisa que está sendo muito difícil na UNILAB, mas depende de cada um. Explicou Colaborador brasileiro XI.

Ao referir o problema fora da universidade, a mesma colaboradora diz que já foi discriminada pela sua cor de pele.

Se o nosso país continuar assim, eu acho que dificilmente iremos sair dessa [...] imagine eu branca, mas branca mesmo, mas quando alguém me vê, as vezes me chingam, hei branquela, tem outros que me chamam de coreano. Eu acho isso uma babaquiz. Colaboradora brasileira pedagogia XI.

Para este outro:

Em relação ao restaurante universitário, na hora de almoço e na janta, eu vejo que é um espaço de tanta divisão e distanciamento entre os estudantes. A discriminação não é só pela quantidade da melanina, ela é regional e é continental também. Você sabe do que estou falando. Né? Se não vais aí no R.U tarde para ver como as pessoas comportam ok.eu ouvi alguém dizendo que um menino é magro, parece que ele não come em casa, além disso disse que “ essa gente, se a restaurante parar de funcionar nem sei como vão fazer”. Eu acho assim Wilson que quando faz estas perguntas para muitos acham que aqui na Unilab, tudo está bem, mas não está. As difamações, calúnias [...] observe quando um problema toca com um africano como ela é encarada, mas quando for com um brasileiro ninguém sai para pitar pito e gritando, (colaborador, São-tomense X7, Letras, lamentou).

A partir da fala do colaborador acima referida, o que dá para entender é que, o racismo e discriminação é evidente, mas o problema é que muitos falam que tudo está bem. Ele destaca vários pontos, como restaurante e comportamento dos indivíduos face ao outro grupo. Para esse colaborador explica o seguinte:

Eu como não falo direito, ninguém queria ficar junto comigo para fazer o trabalho de grupo. As vezes procurava os meus amigos [...] quando é seminário ali quando for para pedir uma ou duas pessoas para se juntar ele as vezes fala que já tem grupo. Eu fui discriminada aqui muitas vezes, porque quando cheguei tinha muita dificuldade de falar português, tenho testemunho e sabem disso. E como alguém vai me dizer que isso não é racismo? Você diria? Eu acho que é racismo sim. (Explicou colaborador timorense, X4, enfermagem).

Com isso, a partir da fala desse colaborador acima, vemos que pelo fato dele não tem habilidade na língua, não significa que ele é incompetente. Mas talvez os estudantes o acham, a dificuldade linguística, não tem nada a ver com a nossa capacidade intelectual. E o racismo perpassa nesses pequenos detalhes e que precisa de uma leitura seria para poder entendê-la.

Vou ser sincero contigo, vocês são esforçados. Mas tem outros meu Deus do Céu [...] tenho muitos amigos que eu admiro muito, são inteligentes, mas inteligentes mesmo viu. Até semestre passado eu nunca fiz um trabalho com estrangeiro, aliás já me chamaram, mas como agente já tinha um grupo, eu sempre dizia que a gente tem o grupo formado. Um menino me perguntou um dia desse lá perto da biblioteca, o porquê de nunca fazer o trabalho de grupo com estudantes internacionais? Eu respondi nada ... mas tem um trabalho que o professor passou na semana passada, eu e meus colegas ninguém estava conseguindo fazer isso; aí fomos procurar um menino acho que é da tua nacionalidade para vir fazer parte do nosso grupo aí ele não quis. Aí deixamos de boa, e depois fomos conversar com outro, também rejeitou. Então quando for com a gente eles falam que a gente faz racismo, mas quando for com eles, não percebem que também é racismo, entendeu? (Colaboradora brasileira, administração pública, X12).

Aqui podemos compreender um certo preconceito, porque quando quer comparar um estudante com outro estudante, principalmente quando se quer fazer uma comparação através de sua nacionalidade, isso não é minimamente adequado, porque cada um tem a sua potencialidade. Por isso, entendemos que precisamos ir ao fundo quando se discute o problema do racismo. Ela é complexa como podem perceber na fala do colaborador angolano X09; para ele

Eu acho que é difícil de debater o problema o racismo no Ceará, ou aqui na Unilab. Sabe por que? Porque eu acho que o racimo é um problema mental. Porque muitos racistas aqui praticam essa coisa feia, mas quando é para fazer um trabalho de grupo, aqueles que não tem vergonha na cara, vem procurando os estudantes destacados para se juntarem, mas quando terminar este trabalho a pessoa nem aí. Nos primeiros momentos a gente fazia, mas agora pelo menos eu não faria mais porque além de ser racistas, “estas” são exploradores. (Colaborador, angolano, humanidades X09).

No entanto, veremos como este outro entende a questão racial. Portanto, o que se percebe nesta fala acima referida, é que muitas vezes a pessoa não lhe discrimina abertamente, mas é através de piadas, e menosprezo e injúrias todos estes atos são características do racismo que não podemos deixar de levar em consideração. No entanto, o colaborador X09 da administração pública traz esses relatos em concluir que o racismo tem a ver com o problema psiquiátrico, como bem apontou Fanon (2008).

Para colaborador guineense X12, percebe também na tua sala a preocupação do racismo e afirma também que o racismo nas relações de pessoas como podem ver na citação abaixo; apesar da citação longa, mas importante.

Para mim acho que a Unilab tem que criar espaço para isso. Alguns acham que é a Unilab já criou espaços de diversão, e programas que vão discutir esses temas, mas eu não que não. Tem que proporcionar debates sim, eu desde que cheguei na Unilab, vi poucos professores ministrando palestras sobre esse tema, e você sabe do que estou falando né? E quando isso não acontece as coisas vão continuar como estão. As pessoas que acham que não existe racismo aqui, é porque não sofreram na pele, por isso minimiza a sua existência. Eu sei do que estou falando entendeu? Basta sair fora da tua casa [...] claro que existem pessoas boas, dependentemente da nacionalidade e da tonalidade da melanina que a pessoa possui, mas isso não significa que este

problema não é vigente. E a outra coisa que sempre discordo das pessoas, em achar que fazer o mesmo trabalho de grupo, ou ter colegas branco negro, para mim, isso não justifica nada. O racismo está na cabeça do racista, pode ter amigo africano ou não, mas sentir que deve fazer aquilo faz, sem olhar para futuras consequências. Quantos racistas já foram denunciados pela justiça, alguns choram, mas não pelo fato de que arrependeram por terem feito aquele ato não humano, mas sim porque possivelmente serão presos/as, ou pagar uma multa etc. (colaborador guineense História, X12).

Diante da fala do colaborador guineense, a pergunta que se coloca é como a Unilab pode conciliar um debate frutífero entre os estudantes e professores? Porque a sua preocupação é que poucos professores falam sobre essa temática, e quando isso não acontece segundo ele a problemática vai continuar a estar como está. Ressalta também que não basta ter amigos africanos, seja, qual for a nacionalidade e achar que a pessoa não é racista, pelo fato da sua aproximação com o diferente. Para este muitas vezes essa aproximação acontece quando existe algo a ganhar, e que muitos não discriminam por causa do medo de leis que existem.

Agora passaremos a ver como este último colaborador vê essa questão racial. Ele diz:

Eu sou [...] mas prefiro falar do problema do racismo não aqui na Unilab, porque isso, a maioria sabe que existe. Mas vou falar como a gente encara isso fora da universidade, certo. Quantas vezes fomos obrigados a entregar, ou seja, deixar a mochila quando fomos para entrar no mercantil? Muitas vezes viu, você sabe muito bem disso, ok. Diversas vezes fomos obrigados a parar música na festa, mesmo com documentos feitos por autoridade competente. Uma vez fomos obrigados a ir para casa porque estava 00: 15 minutos. Se fossemos brasileiros teriam feito isso com a gente? Claro que não né. Eu acho que o estudante deve se divertir também, e quando isso acontece as vezes a gente é impedido. Fazer o que né. (Colaborador cabo-verdiano, engenharia de energia).

3.2. Como os autores compreendem a questão racial no Brasil, Ceará.

Nos dois capítulos anteriores já colocamos as seguintes questões e indagações referente ao tema a qual estamos a tratar. Já dissemos que é um tema de grande complexidade, neste sentido desafiador para nós todos. Um tema cuja abordagem tem várias portas de entrada e de

saída. Visto deste ângulo, o que vou tentar fazer aqui é trazer algumas discussões de como eles compreendem esta questão e apontar algumas pistas de reflexões que podem nesse trabalho de conclusão de curso ajudar e refletir sobre o delicado momento que os indivíduos sofriam e ainda sofrem com o racismo e discriminação correlata. Neste sentido, Schwarcz (2007), afirma que

Pode-se dizer que o tema raça é quase “tradicional” nessa nossa história das ciências sociais brasileiras; que nada tem de tradicional. Ou melhor, desde os primeiros relatos de viajantes, ainda no século XVI, o Brasil já era definido por suas gentes de cores e costumes tão distintos. (SCHWARCZ, 2007, p. 11).

Isso também aconteceu no continente africano um processo similar à do Brasil. Permita-me trazer esta indagação. Ao nosso ver é necessário destacar este ponto, porque o racismo é um fenômeno de ódio e psíquico como afirma Franz Fanon (2008). Este problema não só o Brasil ou estado do Ceará deve enfrentar, mas sim o mundo todo. Isso que Domingos (2017), chamou de “crise humana”. O que significa que o homem não consegue viver com a diferença. Mas com tudo isso é importante vermos onde veio este problema até chegar a este ponto.

Por exemplo, no contexto africano: é que a África de hoje não é nada mais do que um resultado histórico que cerca de aproximadamente 5 (cinco) séculos consecutivos de exploração que ela atravessou carregando na entrada do novo século os saldos negativos dos séculos anteriores ainda que premiados pelos saldos positivos. Visto desse ângulo, suas perspectivas no contexto do novo milênio e da globalização realizar-se-á com base nesse saldo positivo e negativos provindos dos séculos passados segue em termos acumulativos seja em termos de rupturas. Embora a colonização e a escravidão tivessem marcado a história da humanidade nos tempos mais remotos aos tempos modernos, as sociedades africanas foram as únicas nos últimos 5 séculos a ser submetidos a esses humilhantes processos de destruição e de desumanização. Desta feita, quando olharmos para o problema do racismo, compreende-se que ela é preocupante, mas que precisa ser aceitado que sim existe. Porque o problema só pode ser resolvido quando aceitados que o fato é real. É por isso, que Schwarcz tenta trazer na citação abaixo duas visões diferentes a este assunto. Para esta autora

Se para Freyre não existia não havia conflito racial, uma vez uma vez que “não existia problema no Brasil”, já para Fernandes se não existia um conflito explícito havia, sim, um problema”. Os estudos do sociólogo abordariam, dessa maneira, a mesma temática racial, mas

pela outra fresta da janela: a partir do ângulo da desigualdade e da discriminação. (SCHWARCZ, 2007, p. 15).

Fernandes (2007), atribuiu o racismo e discriminação no Brasil a escravidão; onde tinha o ‘senhor’ e ‘escravo’, este último era tratado como coisa, este pensamento ainda persiste por parte de muitos e que precisa ser trabalhada e aprofundada em cada lugar onde se encontra; em outras palavras a discriminação racial no país, é nada mais do que um resultado da escravidão. Para este autor

A discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista. No mundo em que o ‘negro’ e o ‘branco’ se relacionam como escravo e senhor, esse último tinha prerrogativas que aquele não possuía – nem podia possuir, como ‘coisa’ que era e ‘folego vivo’ uma espécie de instrumento animado das relações de produção [...] a discriminação existente é um produto do que chamei de ‘persistência do passado’, em todas as esferas das relações humanas na mentalidade do ‘branco’ e do ‘negro’ nos seus ajustamentos à vida prática e na organização das instituições e dos grupos sociais. FERNANDES, 2007, p. 61-62).

Infelizmente ainda convivemos, não com a realidade, mas com um ideal de democracia racial, um racismo brutal ainda vigora entre nós. Assim desmonta a falácia da integração. “Numa sociedade em cujo código se inscreve a máxima de “igualdade” de todos perante a lei e cuja estrutura econômica gera e mantém extrema desigualdade entre os diversos grupos que a compõem; é por isso que Da Matta, diz que o racismo à brasileira, ou seja, no Brasil o racismo tende a se manifestar de modo implícito, dando ou tirando negritude ou indianidade ou estrangeiridade de qualquer pessoa. (PINTO, 1998, p. 152 e DA MATTA, 1996).

Pinto (1998, p. 152), ainda destaca que o “primeiro elemento de que se dispõe é a discriminação bruta dos diversos grupos étnicos em alfabetizados e analfabetos. O autor encosta ainda em mostrar que “realmente os pretos de distrito federal têm índice de alfabetização maior do que o índice médio de alfabetização da população branca no conjunto do país, e maior do que apresentada pelos brancos em treze unidades da federação”. (PINTO, 1998, p. 155).

O racismo é visto dentro dos parâmetros de não acesso ao ensino, e percebido quanto ao nosso modo, ou seja, maneira de viver no mundo. O racismo também é regional, como no caso do Ceará, nordeste. Existe um falso padrão normativa de estar no mundo. Segundo (MENDES, 2010, p. 17), quando um grupo não assimila este padrão é daí que entra o racismo

e discriminação e possivelmente assassinatos, ou seja, mortes. O autor explicita esta explicação na citação que

Os que não seguem esta forma são estigmatizados como carentes, arcaicos, exóticos, primitivos e tradicionais. Existindo uma forma natural de ser da sociedade e do ser humano, outra forma que se apresente alternativa a essa é vista como inferior e por isso incapaz de chegar um dia a ser moderna, tendo como principal razão a inferioridade racial. As únicas opções apresentadas pela ciência colonializadora para estas sociedades é serem aniquiladas ou se subjugarem ao modelo de civilização imposto pelos detentores da cultura ‘superior’. (MENDES, 2010, p. 17).

Para Mendes (2010), quem se vê como superior? Segundo o autor geralmente é o branco anglo-saxões. E quando olharmos essa questão no Brasil inclusive no Ceará, entende-se segundo o autor que o racismo regional prevalece. Defende o autor que “ser negro no Brasil é valer menos por ser menos; independente da classe social em que se encontre o negro, ele, diante de um branco, sobre os mesmos princípios coloniais, sempre valerá menos”. Nessa mesma lógica salienta que “o racismo, como instituição colonial, e seus reflexos de caráter institucional, mantém e, em casos específicos, acentuam as desigualdades raciais e as reproduz até hoje”. (MENDES, 2010, p. 3-38).

A colonização no Brasil, além da mão-de-obra indígena, fez uso da mão-de-obra africana e afrodescendente. É nesse sentido quando se trata do racismo no Brasil diríamos que é um reflexo dos rumos tomados pelo escravismo criminoso em âmbito nacional, não só como também “pelas políticas públicas racistas e segregacionistas que se seguiram após o seu término”. De acordo com Mendes (2010, p. 39), “todavia, o escravismo criminoso e as políticas racistas não atuaram homoganeamente em todo o território brasileiro. É daí que não se pode misturar as coisas em pensar que o racismo que se vê no Sul ou no Sudeste é o mesmo que se vê aqui no Nordeste. O autor rebate esta ideia, onde afirma que “cada localidade construiu o seu racismo com detalhes e peculiaridades sincronizadas com o seu histórico de opressão racial, diversificando na estrutura de um racismo brasileiro especificidades que podem ser identificadas nos racismos regionais”. (MENDES, 2010, p. 39).

Pedro Lima Marcheri e Silvio Carlos Álvares (2015), afirmam que “desde o período colonial até o ocaso do regime monárquico, a história da sociedade brasileira entrelaça-se com

o regime da escravidão”; dessa maneira, o autor mostra “as frequentes práticas de preconceito e discriminação racial foram tacitamente institucionalizadas”. (MARCHERI e ÁLVARES, 2015. p. 150).

Nesse intento, persistiram ideologias colonialistas que apontavam mil vantagens na suposta ausência do componente negro na constituição do povo cearense. Ressaltamos ainda que antes da abolição da escravatura já era possível perceber a ausência do negro nos espaços propriamente constituídos pela elite para discussão e reivindicações, de diversas questões a que não dá para citar todas elas. Mas o fato é que essa ausência de acordo com o autor

Criava a ideia de escravos passivos e carentes de lideranças. Esse silêncio imposto aos escravos cria uma percepção de ausência, que, depois da abolição, vai desembocar na negação de sua identidade enquanto negro e afro-descendente pelo Instituto Histórico do Ceará. Mesmo havendo escravos que sabiam ler e escrever, desconhecem-se jornais que tivessem publicado algum artigo escrito por um cativo ou qualquer espaço onde o escravo tenha tido poder de expressão frente ao movimento abolicionista. MENDES, 2010, p. 56).

Para autores como Carlos Marcelo Silva Patricio, Fernanda de Araújo Sousa e Leilane Silva Cavalcante (2014), mostram que “diante desse contexto, a população brasileira negra está diretamente ligada a esse processo de desigualdade e exclusão, pois devido à escravidão da mão-de-obra dessa população, durante o período colonial”, esta população negra no seu entender “tiveram sua cultura abafada por um sistema que o obrigava a exercer um trabalho forçado e constrangido”. (PATRÍCIO, et al, 2014, p. 344).

Em acordo, ou seja, concordância com tal afirmação, Silva (2008) aponta ainda autores como por exemplo: Caio Prado Júnior, “que julgam o período colonial brasileiro como uma vasta empresa colonial, onde se teve a exploração da mão de obra negra e indígena, em prol do lucro exacerbado. (PATRÍCIO, et al, 2014, p. 349).

De acordo com Madeira (2011), citado por Patrício (2014), defende que:

Na realidade cearense, a discussão em torno do racismo, como uma refração da “questão social”, assume particularidades complexas, tendo em vista que vivemos em um Estado que nega a existência da população negra. Arelado ao discurso do “mito de democracia racial”, tal fato nos

faz crer na proliferação perversa deste discurso ideológico de que no Ceará não têm negros/as. Este fato perpassa obstáculos e ações fragmentadas por parte do organismo governamental no trato das políticas públicas, uma vez que acreditam inexistir motivos para se preocupar em solucionar problemas de desigualdades raciais, postos que são irreais. (PATRÍCIO, et al, 2014, p. 351-352).

O racismo está entranhado nas relações sociais no Brasil. Entendemos que isso é um dos motivos que leva o problema a ser difícil de se resolver, mas não impossível. O ser humano precisa olhar por outro como ser humano. Não precisa a perseguição, discriminação racial e possivelmente aniquilação.

Segundo Mendes (2010) defende que

É através da implacável perseguição e ataque às manifestações afrodescendentes que é possível relevar a importância desses elementos nos espaços do Ceará, importância diretamente proporcional ao incômodo que elas geravam nas elites. A ação civilizadora em curso chegou a proibir “reuniões de escravos batuques e sambas”. (MENDES, 2010, p. 58).

Esse incômodo ela é percebida quando os afrodescendentes reivindicam por exemplo seu direito como qualquer outro cidadão possa reivindicar. Lembrando que essa reivindicação ela não se dá a partir de manifestações pela rua, mas também se dá pela música, batuque e samba como o autor aponta na citação acima. Existe ainda um outro elemento de como o racismo brasileiro deve ser entendido. Na compreensão de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2014), o racismo aqui no Brasil está além da igualdade legal que a lei propõe, mas sim olharmos como a elite reage a este fenômeno, porque ela tem suas raízes profundas, na medida que não se pode ver só por um lado, e pensar que é ali que está o cerne do problema.

O racismo brasileiro, entretanto, não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão; foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiam às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café. (GUIMARÃES, 2004, p.11).

Para os que defendem que numa sociedade onde temos Negros, brancos e amarelos entre outros, ou seja, numa sociedade miscigenada, dificilmente encontrará o racismo, pela multiplicidade da etnicidade; e argumentar ainda que o que a miscigenação que faz aquela sociedade diferencial dos outros. Existem intelectuais que discordam disso, e nós concordamos com a esta última posição. Senão vejamos o que Hoetink, 1973 citado por Guimarães, diz a respeito. Para este autor supracitado que é um dos nomes mais respeitáveis dos estudos de relações raciais nas Américas, Diz: “Toda sociedade multirracial é racista no sentido de que a pertinência a um grupo sócio racial prevalece sobre a realização na atribuição de posição social” (HASENBALG, 1979, p. 66, Apud GUIMARÃES, 2004, p.24).

Mendes (2010), argumenta que:

O Racismo verificado na prática social cearense criminaliza negro o colocando-o sob constante vigília, reproduzindo um modelo que mantém a população negra marginalizada do acesso a bens materiais e imateriais. Constroem-se limites raciais na cidade de Fortaleza delicadamente definidos por outros instrumentos em que não se pode ver explícito o racismo antinegro. Naturaliza-se a subalternidade dos espaços ocupados por negros. (MENDES, 2010, p. 92).

A discriminação no Ceará afeta mais a população negra, elas são mais marginalizadas segundo Mendes. Por outro lado, essa discriminação foi percebida por nossos colaboradores, em que algumas vezes não se expressam de maneira clara, para colocar aqui o (conceito de Da Matta). É um problema de precisa ser combatido não só aqui no Ceará, como em qualquer outro lugar onde este mal se encontra. Para nós ninguém deve ser discriminado pelo fato de ser diferentes do outro, ou ter uma ideologia, ou maneira de pensar diferente.

Temos que respeitar a diversidade, porque é ela que nós faz ser o que somos. Ninguém nasce Negro, Branco, amarelo entre outras denominações que possamos pensar; tudo é uma invenção ‘humana’. Em outras palavras nós nascemos seres humanas não com denominações que a sociedade nos atribuem. Precisamos ver o outro como nós. A diferença existe sim, mas isso já mais deve ser motivo do preconceito e discriminação racial. Discriminar alguém pelo fato de ser diferente de te, isso é um ato covarde e que precisa ao nosso ver precisa ou necessita de um tratamento mental. Para nós isso não é normal. Nesse sentido, entendemos que o racista é um mostro não ser humano; porque ser humano é quem preocupa com a humanidade, ou seja, quem faz bem para sociedade, não quem queira o distribuir.

Considerações finais.

O problema é que tudo a que estamos a enfrentar hoje no mundo, o principal responsável é a escravidão seguindo da colonização. Antes de contato do ocidente com os outros povos não havia racismo, defende Elikia M'bokolo. Por isso, precisamos de uma descolonização mental. A descolonização também passa pela mente do ex- mestre ou mestre de acordo com DOMINGOS (2017). Pois a doença acompanhada de traumas e estigmas também está do lado do mestre, que não suporta conviver e partilhar na mesma sala de aula, morar no mesmo bairro, partilhar os espaços público e privado juntos com descendentes, os seus colonizados ou escravizados. (Cf. DOMINGOS, 2017, p. 199).

Esses estereótipos se estendem nas relações de poderes, que se manifestam como consequências em formas, pré-conceitos, discriminação de racismo e desigualdades sociais. Enfim, a identidade de cor, infelizmente, tem causado estragos, traumas e estigmas nas relações humanas, sobretudo quando as pessoas se reencontram, geralmente provoca a fricção. É uma história longa... as pessoas vos dão uma identidade a partir de fenótipos, a cor da pele. A cor da pele foi e é ainda usada como instrumento que define as relações de poderes, enfim, trata-se de uma crise do ser humano. (Domingos, 2014).

Um outro elemento importante é que convivemos, não com a realidade, mas com um ideal de democracia racial, um racismo brutal entranha entre nós. Com tudo isso, desmonta toda falácia da integração. Numa sociedade em cujo códigos se inscreve a máxima de “igualdade” de todos perante a lei e cuja estrutura econômica, social gera e mantém extrema desigualdade entre os diversos grupos que a compõem.

O Brasil não é uma sociedade igualitária de feição clássica. Afirma Guimaraes (2004, p.29). Por isso, convive bem com hierarquias sociais e privilégios, de um grupo em relação aos outros grupos “é entrecortada por dois padrões ideológicos, ainda que não seja exatamente uma sociedade hierárquica de tipo indiano”. Consideramos que o racista é um doente, se olharmos bem é uma prática, ou seja, atitude simbólicas que essencializam ou naturalizam identidades humanas que muitas das vezes é baseado na esfera, classe ou conceitos raciais. Este tal pratica quem o faz não os considera como ‘humano’, mas sim como um mostro. Porque humano é quem procura com a humanidade, fazer bem e pesar bem para o próximo.

Quando não consegue viver com as diferenças obviamente é possível observar frequentes ofensas de cunho discriminatório veiculadas nos mais diversos segmentos da

sociedade. Por esta razão, encisto em mostrar que quanto a discriminação as pessoas estão sendo discriminados o debate tem de continuar e precisa ser levado sério por seus defensores. É neste sentido que é necessária a reflexão sobre os temas relacionados aos crimes de ódio não só no Ceará como no Brasil e em outros lugares onde está pratica ainda se verifica, no sentido de proporcionar a efetivação da igualdade entre os cidadãos que ali se encontram.

É por isso, que precisamos rediscutir quanto mais vezes este tema. No nosso entender para tratar do racismo, pressupõe-se a existência de distintas “raças” ou grupos sociais. Apesar de todo o consenso na ciência contemporânea de que raças ou subespécies não existem biologicamente na espécie humana, esse preçõ continua não sendo correto, ou seja, adequado pelas sociedades historicamente marcadas pelo racismo. Por este motivo o conceito de raça aqui debatido neste trabalho é entendido como construção social, ou seja, construção humana.

Com base nisso, cabe-nos salutar que o racismo é compreendido para nós como uma das refrações da “questão social”, haja vista que afeta uma grande parcela da população Cearense. Por fim a partir da pesquisa realizada podemos compreender que a maioria dos estudantes reconhece que existe racismo no Brasil/Ceara, mas em algumas colocações pode-se constatar que a discriminação racial ocorre de forma velada, ou sutil.

Entendo que o Brasil e principalmente o Ceará vive um problema de apartheid informal. Porque o que se vê é que aqui no Brasil não existe leis segregacionistas como outros acima mencionadas, mas sim há um racismo explicito que perpassa nas relações sociais e de a dia com as pessoas não brancas centralmente.

Esse apartheid informal ela não é reconhecida por maior parte da elite. Mas quando fomos ao campo veremos que este problema está pendurado e que precisa ser resolvida neste país e nessa região. Por isso, propomos que a educação é um dos meios pelo qual ela pode ser combatida. Se olharmos quando toca a música na casa de um internacional e ao mesmo tempo toca a música na casa de um nacional, quando chega a polícia em muitos casos dirige-se para casa do internacional. Qual é o tratamento tanto de discentes como docentes internacionais principalmente os que do continente africano? Para dizer o mínimo será que é o mesmo tratamento de internacionais vindos de américa latina e da Europa? Estou colocando isso, porque as vezes dizem que são internacionais e que é uma questão de choque cultural. Deixo isso para as reflexões e futuras pesquisas que virão posteriormente.

Referência bibliográfica

ARENDDT, Hannah. **Sobre a e violência**. Rio de Janeiro: 5 ed, editora civilização brasileira, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Metodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: -6 ed, editora atlas, 2010.

AMARAL, R. F. **Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional**. Fortaleza, 2015.

CERVO, Amado Luis, BERVIAN, Pedro Alcino, Silva Roberto Da. **Metodologia científica**: São Paulo: 6 Ed, Person Prentice Hall, 2007.

BAR- EL, R. (Org.). **Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará**. Fortaleza: Premius, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu; Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 16 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron; tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora vozes, 6 edições, 2014.

CERQUEIRA, Daniel, et a. **Atlas da Violência 2017 Ipea e FBSP1**. Fórum brasileiro de segurança pública, Rio de Janeiro, 2017.

COMITÊ, cearense pela prevenção de homicídios na adolescência. **CADA VIDA IMPORTA** Evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência, C E, 2016.

DA MATTA, Roberto. "Notas sobre o racismo à brasileira". In: **Multiculturalismo e racismo**: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes,

Romeu; Maria Cecília de Sousa Minayo, (organizadora). Rio de Janeiro: 29 ed- Petrópolis, vozes, 2010.

DOMINGOS, Luís Tomás. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência. In revista **Identidade!** | São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p. 190-208 | jul.-dez. 2017 | ISSN 2178-0437X: Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>

DUARTE, Allan Coelho. **A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas**: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Brasília/ senado, 2014.

PATRICIO, Carlos Marcelo silva, SOUSA, Fernanda de Araújo, CAVALCANTE Leilane Silva. **O racismo como expressão da questão social**: sob os olhares dos discentes da universidade estadual do ceará – uece. IV seminário cetros, neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social, fortaleza, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. (O legado da “raça branca”), São Paulo: v-1, 1 reimpressão, 2013.

FURTADO, Filipe Rabelo Távora e BACA, Mauricio Cabrera. **A importância do Setor Calçadista na Economia Cearense**. Informe econômico nº1/2018 governo do Ceará secretaria do desenvolvimento econômico do estado do Ceará (sde) coordenadoria de políticas e estratégias/sde. S/C, 2018.

FOUCAULT Michael. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: 24 ed, edições Loyola, 2014.

FANON, Franz. **Pele negra mascarar brancas**: Salvador: EDUFBA, 2008.

GASPAR, Lúcia e BARBOSA, Virgínia. **Ações afirmativas e Política de cotas no Brasil**: Recife: Uma Bibliografia, 1999 – 2012, Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

GONZALEZ, Léila. Mulher Negra. In: **Guerreiras de Natureza**: Mulher negra, Religiosidade e Ambiente. São Paulo: Ed, Selo, 2008.

GUIMAÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Prefácio. In: **A integração do negro na sociedade de classes**. (O legado da “raça branca”), São Paulo: v-1, 1 reimpressão, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**: São Paulo: 2 edição, ed 34, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. In: Revista de Antropologia, São Paulo, Usp, 2004, v. 47 n° 1.

MARCHERI, Pedro Lima e ÁLVARES, Silvio Carlos. **A epistemologia do racismo no Brasil**. Brasília, 2015.

Marx Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: 14 ed, civilização brasileira, 2014.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **Racismo no Ceará**: Herança Colonial, Trajetórias contemporâneas. Monografia (bacharel em ciências sociais), Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. Historiador fala sobre legados civilizatórios da África / Elikia M'Bokolo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpBjk13BH2E>. Acessado em: 19 de mar. 2019.

MINAYO, Sousa de Cecília Maria. **O desafio da pesquisa social**. In: pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu; Maria Cecília de Sousa Minayo, (organizadora). Rio de Janeiro: 29 ed- Petrópolis, vozes, 2010.

MINAYO, Sousa de Cecília Maria. **Trabalho de campo**: Contexto de observação, interação e descoberta. In: pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu; Maria Cecília de Sousa Minayo, (organizadora). 29 ed- Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora vozes, 6 edições, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentimentos**. Belo Horizonte: 3.ed, Autentica Editora, 2009.

PATRICIO, Carlos Marcelo Silva, SOUSA, Fernanda de Araújo e CAVALCANTE, Leilane Silva. **O racismo como expressão da questão social: sob os olhares dos discentes da universidade estadual do Ceará –Uece**. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza, 2013.

PINTO, L.A. Costa. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança.** Rio de Janeiro: 2. Ed. Editora, UFRJ, 1998.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas e direitos humanos.** In: Revista USP, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Rodrigues Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil:** Bahia: Editora Guanabara, 1994.

SANCA, Wilson. **Preconceito, discriminação racial no seio dos estudantes na Unilab.** 2016. Monografia (bacharel em humanidades) - instituto de humanidades e letras. Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileiro, Redenção, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Raça sempre deu o que falar:** IN: o Negro no mundo do Brancos, 2. Ed. Revista- global, editora: São Paulo 2007.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. **Ações afirmativas em perspectiva.** Macapá, v. 3, 2016.

Negros são maiores vítimas de violência. Disponível em: disponível: em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dXWmSE9iewE>. Acessado em 08.02.2019

Porque a violência atingi mais a população negra? Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=7Nfb8GPIN0s>. Acessado em 10.02. 2019

Cotas raciais. Leandro Carnal. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=439d74kjtTE>. Acessado: em 01. 08.2018

Ponde crítica as cotas e a “falácia de dívida cultural”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=eGcQgCpTzi0>. Acessado em 14. 01.2019.